

Dissertação de Mestrado

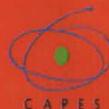
O presente estudo visa analisar como ocorrem as articulações entre feminização e feminilização na docência do ensino superior da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller

TRABALHO E GÊNERO: ANÁLISE DA FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

ANA LAURA CRISPIM

APOIO:



CAPES



FAPESC



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - PPGDS



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMEN-  
TO SOCIOECONÔMICO – PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**ANA LAURA CRISPIM**

**TRABALHO E GÊNERO: ANÁLISE DA FEMINIZAÇÃO E FE-  
MINILIZAÇÃO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA  
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Pro-  
grama de Pós-Graduação em De-  
senvolvimento Socioeconômico,  
da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense – Unesc, como requi-  
sito parcial para obtenção do título  
de Mestre em Desenvolvimento  
Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Rodri-  
go Mueller  
Coorientadora: Profa. Dra. Giovana  
I. Salvaro

**CRICIÚMA/SC  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C932t Crispim, Ana Laura.

Trabalho e gênero : análise da feminização e feminilização na docência do ensino superior na Universidade do Extremo Sul Catarinense / Ana Laura Crispim ; orientador: Rafael Rodrigo Mueller , coorientadora: Giovana I. Salvaro – Criciúma, SC, Ed. do Autor, 2016.

93 p : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Feminização. 2. Feminilização. 3. Mulheres – Mercado de trabalho. 4. Igualdade de gênero. 5. Universidade e faculdades – Corpo docente – Mulheres. 6. Professoras universitárias. I. Título

CDD. 22<sup>a</sup> ed. 331.4

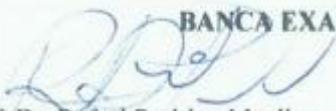
**ANA LAURA CRISPIM**

**TRABALHO E GÊNERO: ANÁLISE DA FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**

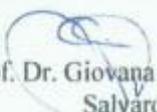
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 25 de maio de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



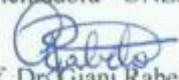
Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller  
(Orientador - UNESC)



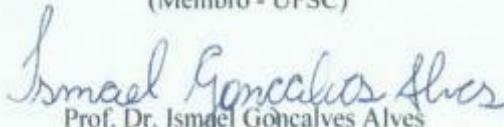
Prof. Dr. Giovana Ilka Jacinto  
Salyaro  
(Coorientadora - UNESC)



Prof. Dr. Valeska Nahas Guimarães  
(Membro - UFSC)



Prof. Dr. Giani Rabelo  
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves  
(Membro - UNESC)



Ana Laura Crispim  
Mestranda



Prof. Dr. Alcides Goularti Filho  
Coordenador do PPGDS-UNESC



*Para meu filho Arthur, por sua do-  
çura e paciência. Você é meu tudo,  
meu lugar no mundo.*



## AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, Arthur Crispim de Aguiar, meu companheiro, meu amigo, meu confidente, obrigada por aturar a mamãe.

Aos meus pais, por todo apoio e providências nos momentos difíceis que surgiram nesta caminhada.

Ao professor Doutor Rafael Rodrigo Mueller e à professora Doutora Giovana Ilka Jacinto Salvaro, respectivamente, pela orientação e coorientação do trabalho e pela paciência e companheirismo no decorrer dos dois anos de pesquisa.

Às professoras Doutoradas Giani Rabelo e Valeska Nahas Guimarães, pela presença na banca de qualificação e pela participação na banca de defesa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, que estimularam instigantes discussões.

Ao Professor e Coordenador do Programa Doutor Alcides Goularti Filho, por sua competência, liderança e tolerância.

À Unesc e aos colaboradores do Desenvolvimento Humano da instituição, que tão prontamente disponibilizaram os dados utilizados na presente pesquisa.

À Fapesc, pelo financiamento de dois anos de estudos para que esta pesquisa fosse realizada.

A Rose, nossa secretária do programa, por toda a paciência, simpatia, agilidade e profissionalismo.

Às queridas pessoas que conheci ao longo do mestrado, e um agradecimento especial à minha turma, pelas discussões acadêmicas, pelas conversas descompromissadas, dissolutas e frugais, pelos cafés, encontros, jantares e reuniões (espero que venham muitas pela frente), pelos incentivos nos corredores, pelas conversas e desabafos pelo WhatsApp, vocês enriqueceram meus dias, enfim, ao companheirismo e amizade que encontrei em todos vocês!

À minha tia Lúcia, minha amiga, cúmplice de leitura e que foi um bálsamo em meio a esta loucura.

À minha querida e doce amiga Francine Bündchen, a quem há muitos anos prometi esta dedicatória! Obrigada!



*Há um tempo em que é preciso  
abandonar as roupas usadas, que  
já tem a forma do nosso corpo, e  
esquecer os nossos caminhos, que  
nos levam sempre aos mesmos lu-  
gares. É o tempo da travessia: e, se  
não ousarmos fazê-la, teremos fi-  
cado, para sempre, à margem de  
nós mesmos. (Tempo, Fernando  
Pessoa)*



## RESUMO

O presente estudo visa analisar como ocorrem as articulações entre feminização e feminilização na docência do ensino superior da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Constitui-se como estudo acadêmico dos tópicos em questão, evidenciando avanços recentes, mas, sobretudo, ressaltando as dificuldades gritantes evidenciadas na diferenciação discriminatória de gênero na sociedade contemporânea, diante de um comparativo histórico com o panorama atual de igualdade e desigualdade de gênero. Tendo como premissa fundamental a análise de obras e estudos do campo científico em questão que se manifestaram nesse sentido, dentro e fora do ambiente que serve como objeto para o presente estudo. Busca-se aqui evidenciar a necessidade crescente de igualdade de gênero no mercado profissional, visto que tais aspectos estão diretamente relacionados à percepção da mulher e seu lugar no mundo e na sociedade. O crescimento das lutas por equidade de gênero no mercado profissional torna tal estudo de sumária relevância para a sociedade atual, de modo que serão analisados aspectos para compreender diferenciações de gênero a partir das relações sociais na docência e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. O presente estudo se caracterizou como sendo documental e se configura de modo quanti-qualitativo. Cabe salientar que, por mais que a coleta de dados seja quantitativa, o estudo adotou a análise qualitativa como norteadora do estudo dos dados adquiridos. Foram levantados os indicadores referentes às Unidades Acadêmicas e seus respectivos cursos, por sexo, no banco de dados do setor de Desenvolvimento Humano (DH), referentes ao período de 1994, 2004 e 2015. Os dados foram avaliados comparativamente considerando também documentos públicos eletrônicos disponíveis por meio do ambiente virtual da instituição.

**Palavras-chave:** Femininização; Feminilização; Gênero; Mercado de trabalho; Docência; Unesc.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the concepts and practices involving the feminization and feminilization in the teaching of higher education of the Universidade do Extremo Sul Catarinense. While constituting an academic study of the topics in question, highlighting recent advances, but rather highlighting the glaring difficulties highlighted the discriminatory differentiation of gender in contemporary society, facing a historical comparison with the current situation of equality and gender inequality. With the fundamental premise to analysis of works and studies of the scientific field in question to be expressed in this way, in and out of the environment that serves as an object for the present study. Search is here to highlight the growing need for rehabilitation of egalitarian gender concepts within the professional market, as these aspects are directly related to the perception of women and their place in the world and in society. The growth of struggles for gender equality in the professional market makes such a study summary relevance to today's society, so that will be analyzed relevant aspects aiming to understand gender differences not biological or physiological character, but from the social relations in teaching and consequently in the labor market. This study is characterized as documentary and sets of quantitative and qualitative way. It should be noted that although the data collection is quantitative, the study adopted a qualitative analysis as the study of the acquired data guiding. indicators relating to Academic Units were raised and their courses, segregating teachers by sex in the Human Development database (HD) for the period 1994, 2004 and 2015, data were benchmarked and electronic public documents available through the virtual environment of the institution.

**Keywords:** Feminization; Feminilization; Gender; Job Market; Teaching; Unesc.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mestres por sexo – Brasil (2015) .....	48
Gráfico 2 – Doutores por sexo – Brasil (2015) .....	48
Gráfico 3 – Mestres e doutores desagregados por sexo – Grande Área – Brasil (2015) .....	50
Gráfico 4 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Unesc.....	60
Gráfico 5 – Total de docentes por sexo (2015) – Unesc .....	60
Gráfico 6 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas .....	62
Gráfico 7 – Total de professores por sexo (2015) - UNACSA .....	63
Gráfico 8 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNACSA ..	65
Gráfico 9 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Humanidades, Ciência e Educação .....	66
Gráfico 10 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNAHCE.....	67
Gráfico 11 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNAHCE	68
Gráfico 12 – Total de professores, por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciências da Saúde.....	70
Gráfico 13 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNASAU.....	71
Gráfico 14 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNASAU	72
Gráfico 15 – Total de docentes, por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciência e Tecnologia.....	75
Gráfico 16 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNACET .....	76
Gráfico 17 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNACET.	78



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Número de concluintes no Ensino Superior no Brasil por sexo (1929).....	40
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense de Fundações Educacionais
CFE	Conselho Federal de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Faciecri	Faculdade de Ciências e Educação
Fucri	Fundação Educacional de Criciúma
Escca	Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração
Esede	Escola Superior de Educação Física e Desporto
Estec	Escola Superior de Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
Pq	Produtividade em Pesquisa
UMA	Unidade Acadêmica
UNACET	Unidade Acadêmica das Ciências, Engenharias e Tecnologias
UNACSA	Unidade Acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas
UNAHCE	Unidade Acadêmica das Humanidades, Ciências e Educação
UNASAU	Unidade Acadêmica das Ciências da Saúde
Unesc	Universidade do Extremo Sul Catarinense
Unifacri	União de Faculdades de Criciúma



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>2 TRABALHO FEMININO: RECORTE DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>29</b>
<b>3 GÊNERO E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
3.1 GÊNERO E SEXO: ALGUMAS DIFERENCIAÇÕES .....	35
3.2 MULHERES, EDUCAÇÃO FORMAL E MERCADO DE TRABALHO DOCENTE: UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADES DE GÊNERO .....	39
3.2.1 <i>Mulheres e educação formal</i> .....	39
3.2.2 <i>Mulheres e docência no ensino superior</i> .....	43
<b>4 ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO NA DOCÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE .....</b>	<b>56</b>
4.1 O LÓCUS DA PESQUISA: A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE.....	57
4.2 FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO NAS UNIDADES ACADÊMICAS DA UNESC .....	61
4.2.1 <i>Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Aplicadas</i> .....	62
4.2.2 <i>Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação</i> .....	66
4.2.3 <i>Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde</i> .....	70
4.2.4 <i>Unidade Acadêmica de Ciência e Tecnologia</i> .....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como tema as articulações entre a feminização e a feminilização na docência do ensino superior na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Entre outras questões, o tema requer a exposição e a reflexão acerca das categorias trabalho, docência e gênero.

As mulheres têm manifestado há séculos sua insatisfação com as desigualdades sociais, as organizações sociopolíticas e culturais fundamentadas a partir de códigos de normas/condutas morais discriminatórios tangenciando suas posições nos espaços sociais. Entre as exaustivas reivindicações, o acesso ao mercado de trabalho e à educação é a que mais se destaca.

Quando analisado o histórico de segregação social e educacional do sexo feminino, vê-se que atualmente as mulheres têm alcançado excelentes números em relação à sua participação na educação. O movimento feminista tem se mostrado um excelente caminho para a equiparação sexual na sociedade (SOUTO, 2013). No entanto, a participação feminina na sociedade atual está longe de ser equiparada com o sexo masculino.

A *priori*, transcorrer acerca das diferenças entre os sexos e desigualdades de gênero requer o estabelecimento de conceitos. Joan Wallach Scott (1995), historiadora norte-americana, dedicou boa parte do seu trabalho para estudar a trajetória das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Seus estudos apontam a necessidade de se esclarecer a relevância da adoção do termo gênero nas pesquisas que tangenciam as diferenciações sexuais na perspectiva de uma normativa sociopolítica da sociedade.

Scott (1995) ressalta que as mulheres que compunham os movimentos feministas, desencadeados na década de 1960, são precursoras ao utilizarem a palavra gênero, a fim de referenciar, em sentido mais literal, os modos pelos quais se organizam as relações sociais entre os sexos. A pesquisadora não refuta as diferenças anatômicas e fisiológicas entre os sexos masculino e feminino, entretanto, enfatiza que tais diferenças não justificam as sanções impostas socialmente às mulheres, tendo em vista as concepções de fragilidade ou a inferioridade que se refere à capacidade de força. Acrescenta, ainda, que o uso do termo gênero inaugura nova forma de pensar, instaurando homens e mulheres num mesmo patamar de importância em um mesmo universo relacional (SCOTT, 1995). “No caso do gênero, o seu uso implicou uma ampla

gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 73).

Em um crescente movimento de estudos sobre as relações sociais que permeiam os sexos, as políticas públicas vêm ao encontro do apelo por igualdade. Em julho de 2004, preocupada com a desigualdade de gênero, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República lançou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM), reunindo mais de 1.700 responsáveis pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (BRASIL, 2013).

Com o mandato da presidente Dilma Rousseff, a primeira presidente mulher no Brasil, o PNPM se tornou um instrumento ainda mais relevante no protagonismo de atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres<sup>1</sup>. O lançamento do PNPM 2013-2015, resultante da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro de 2011, apresenta-se como medida veicular para a promoção da igualdade de gênero no país (BRASIL, 2013).

Torna-se digno de nota o poder de discussão que esse instrumento fez emergir no meio acadêmico, fortalecendo a discussão proposta neste estudo, envolvendo os temas trabalho e gênero na docência do ensino superior. A “linha de ação 2.3.2” do PNPM 2013-2015 intenciona “realizar campanhas para ampliar o número de mulheres nos cursos tradicionalmente não ocupados por mulheres do ensino tecnológico e profissional” (BRASIL, 2013, p. 26). Tal plano de ação corrobora a preocupação de desproporcionalidade entre homens e mulheres em algumas áreas do conhecimento.

Um relevante exemplo dessa desproporção são os dados do estudo de Costa, Duraes e Abreu (2010), os quais apontam que, dos profissionais com diploma de ensino superior, 61% são mulheres. Bruschini (2007), em estudo sobre a participação de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, analisa que, nos anos de 1995 e 2005, a presença de mulheres no ensino superior foi ampliada e superou a dos homens, com um índice de 62%, conforme o Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação. No entanto, conforme evidencia a autora, quando desagregados por áreas do conhecimento, na Educação, 81% dos profissionais com diplomas são mulheres; Humanidades e Artes, 65%;

---

<sup>1</sup> A Secretaria de Política para as Mulheres foi criada em 2003 no mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a proposta de promover a igualdade entre homens e mulheres, bem como combater todas as formas de preconceito e discriminação.

Saúde e Bem-estar Social, 73%; e em Ciências Sociais, Negócios e Direito, o percentual é de 53%. A autora descreve tais diferenças percentuais como uma “guetização feminina”, apontando percentuais expressivos em determinadas áreas.

A disparidade se torna visível quando focada em profissões específicas. Estimativas levantadas por Lombardi (2006), na área de Engenharia, mostraram que no Brasil, em 2002, entre os profissionais que se declararam ocupados como engenheiros, apenas 14% eram do sexo feminino. Barbalho (2008) indica que a desproporção não está centrada apenas entre as áreas de conhecimento e profissões, mas igualmente no que se alude à hierarquia profissional. Em seu estudo, o autor verificou que na área do Direito, as mulheres advogadas não apenas têm honorários menores em comparação aos homens, mas que quanto maior o nível hierárquico menor a representatividade feminina.

Somando-se aos estudos que ilustram a dinâmica das relações de gênero no mercado de trabalho, Yannoulas (2011) aponta para os fenômenos da feminização e da feminilização dos espaços profissionais: enquanto a feminização descreve o caráter qualitativo dos fenômenos relacionais, a feminilização evidencia o caráter quantitativo desses mesmos fenômenos. Para termos analíticos, exemplifica-se: uma determinada área pode ser composta em sua maioria por mulheres; assim, é possível dizer que essa é uma área ou profissão feminilizada (quantitativamente), porém a quantidade de mulheres presentes não determina necessariamente o papel que ela desempenhará nessa determinada área. Faz-se, portanto, necessário verificar qual o papel desempenhado por essas mulheres: seu poder hierárquico, sua participação nas decisões, seu poder de voto ou veto. Tais critérios são verificados por seu caráter qualitativo.

Ao considerar as desproporções entre homens e mulheres no mercado de trabalho, conforme apontadas por diferentes estudos (YANNOULAS, 2003; 2007; 2008; 2011; 2013; BARBALHO, 2008; COSTA, 2011; MATOS et al., 2013), verifica-se que o meio acadêmico surge como um dos protagonistas como formador de papéis profissionais, tendo em vista a variedade de áreas de conhecimentos pertencentes a esse meio. Optou-se, portanto, pelo questionamento de tal espaço, analisando como ocorrem as articulações nas relações de trabalho e gênero sob as perspectivas dos fenômenos de feminização e feminilização anteriormente descritos.

A realização do estudo vem ao encontro do aumento expressivo da participação de mulheres no mercado de trabalho. Dados do IBGE sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, no período de

1976 a 2007, evidenciam que, enquanto a participação masculina obteve um aumento de 3% nesse período, a feminina passou de 29% para 40% (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2007). Tais índices revelam que as mulheres, que por muito tempo tiveram sua participação de mínima relevância nos espaços públicos, atualmente, têm participação efetiva e direta no desenvolvimento socioeconômico.

No que se refere ao trabalho docente, a escolha pela realização da pesquisa na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), entre outros aspectos, justifica-se pela representatividade e inserção local e regional da instituição. Tendo grande relevância na participação econômica, cultural e social, a Universidade acolhe em suas atividades um expressivo contingente populacional abrangendo toda a região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera)<sup>2</sup> e de outras regiões. Dessa forma, os dados coletados nessa pesquisa poderão fornecer informações representativas com relevância não apenas local, mas regional.

A escolha dessa temática foi motivada não somente pelo sentimento de questionar as normas de gênero até então estabelecidas e “naturalizadas”, mas também por pertencer a uma causa de luta pela igualdade de gênero. Ao se deparar com dados que apresentam desigualdades de gênero em diferentes setores do mercado de trabalho, a possibilidade de fazer um levantamento em um setor profissional marcado pela crescente participação feminina suscitou a expectativa de desenvolver uma discussão consistente em torno desse tema.

Assim, como objetivo geral, o estudo visa analisar como ocorrem as articulações entre a feminização e a feminilização na docência do ensino superior na Universidade do Extremo Sul Catarinense. Para tanto, pretende-se especificamente: identificar quantitativamente o número de docentes por sexo atuantes na Universidade do Extremo Sul Catarinense nos anos de 1994, 2004 e 2015; identificar o número de docentes por sexo por Unidade Acadêmica e por cursos da Universidade do Extremo Sul Catarinense; e analisar as articulações do processo de femini-

---

<sup>2</sup> Região que abarca 12 municípios: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Sidrópolis, Treviso e Urussanga; e AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (composta por Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbê do Sul e Turvo).

zação e feminilização a partir da participação docente em diferentes áreas de conhecimento e cursos.

O presente estudo se caracterizou como sendo documental e se configura de modo quanti-qualitativo. Cabe salientar que, por mais que a coleta de dados seja quantitativa, o estudo adotou a análise qualitativa como norteadora do estudo dos dados adquiridos. Segundo Leffeld e Barros (2003), não se pode adotar o modelo de investigação das ciências naturais em pesquisas sociais, pois o objeto de estudo social é histórico e possui uma consciência histórico-social, significando que tanto o pesquisador quanto os sujeitos participantes dos grupos sociais e da sociedade darão significados e intencionalidade às ações e suas construções.

Mesmo que exista uma clara oposição entre as duas abordagens (quantitativa x qualitativa), muitos autores, especialmente na área social, ressaltam a importância da construção de uma metodologia que consiga agrupar aspectos de ambas as perspectivas. Demo (1995, p. 231), ainda, resalta que, “embora metodologias alternativas facilmente se unilateralizem na qualidade política, destruindo-a em consequência, é importante lembrar que uma não é maior, nem melhor que a outra”. E acrescenta que “ambas são da mesma importância metodológica”. Assim, este estudo se dará numa perspectiva quanti-qualitativa por envolver características dos dois paradigmas.

Caracterizou-se, portanto, como documental, já que as informações foram coletadas em bancos de dados de diferentes setores da Unesc. Pretendeu-se levantar os indicadores referentes aos docentes em um banco de dados no Desenvolvimento Humano (DH), referentes ao período de 1994, 2004 e 2015 comparativamente e documentos públicos eletrônicos disponíveis por meio do ambiente virtual da instituição.

Os anos de 1994, 2004 e 2015 foram especificamente escolhidos, primeiramente, por fornecerem os indicativos da instituição no período de um decênio. Em caráter de comparabilidade no ano de 1994 a organização da instituição ainda segregava as áreas acadêmicas em departamentos contabilizando um decênio até o ano de 2004. Já o ano de 2015 possibilitou dados mais recentes relativos a atuação docente na instituição.

A pesquisa subdividiu-se em quatro capítulos. Inicialmente, o primeiro capítulo, introduz o problema de pesquisa e situa o leitor no que diz respeito à proposta do estudo. No segundo capítulo, foram apontados conceitos e termos utilizados no decorrer da pesquisa no que concernem aos processos de feminilização e feminização, bem como as diferenças conceituais envolvendo os termos gênero e sexo. Este capítulo se subdividiu a fim de situar a mulher no mercado de trabalho docente, bem como sua inserção na educação formal e particularmente na docência do

ensino superior. O seguinte capítulo traz um panorama geral da instituição na qual foram coletados os dados para a pesquisa, os números por unidade acadêmica e seus respectivos cursos nos quais são analisadas a participação docente por sexo nas áreas específicas de atuação.

Por fim, ao propor esta pesquisa, objetiva-se viabilizar instrumentos que contribuam para o debate social acerca da participação efetiva das mulheres no mercado de trabalho e no desenvolvimento socioeconômico. Repensar as práticas sociais que fundamentam as discrepâncias entre homens e mulheres nas várias esferas do tecido social possibilita que novas implementações coletivas, representações sociais e políticas públicas sejam elaboradas, constituindo novos processos que sustentem uma cidadania ativa e igualitária. Do ponto de vista estrutural, o estudo buscou seguir uma ordem de ideias que consistiram, num primeiro momento, contextualizar a trajetória da mulher no mercado de trabalho, apontando por meio de um recorte histórico os fatos que corroboraram para a reprodução dos estereótipos ainda presentes. A partir de tais pressupostos históricos, torna-se possível analisar de forma concisa as categorias centrais da pesquisa abordada, ou seja, o processo de feminização e de feminilização que ocorre na docência da mulher no ensino superior. Buscou-se conceituar e diferenciar as terminologias sexo e gênero, referenciando sempre com a literatura especializada que abordam os temas trabalho e gênero, buscando uma reflexão sobre as relações sociais de gênero e divisão sexual de trabalho.

## 2 TRABALHO FEMININO: RECORTE DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

O ser humano como ser social está em constante transformação. Muda conforme sua necessidade os padrões de desenvolvimento, a aquisição do conhecimento, o avanço da tecnologia, a produção de bens, os valores e normas sociais (LUKÁCS, 2012-2013). Conforme o autor, em uma perspectiva ontológica, estabeleceu-se em comunidades assumindo nelas os diferentes papéis à medida que surgiam situações que exigiam dele desenvolver habilidades a fim de suprir as necessidades tanto individuais quanto grupais.

Através dos tempos, a palavra trabalho adquiriu esferas de significados e características antagônicas. Uma, talvez dominante, para a maioria da classe trabalhadora, relaciona o trabalho à noção de sacrifício, de esforço incomum, de fardo, algo esgotante para quem o realiza, obtendo-se como retorno muita fadiga e preocupação. Nessa esfera, o trabalho associa-se também à noção de punição, como está no Antigo testamento de onde decorre o sentido de obrigação dever, meio de sobrevivência, maldição. Esta concepção resulta numa avaliação negativa do trabalho. Noutra esfera temos uma clara valorização positiva, que vê o trabalho como aplicação das capacidades humanas que propicia o domínio da natureza, responsável pela própria condição humana, alia-se à noção de empenho, esforço para atingir determinado objetivo; transformação que o homem impõe à natureza para disso tirar bom proveito [...]. (MARCONATO, 2002 p. 35).

Dessa maneira, o trabalho como categoria mediadora e constituinte do ser social pode ser considerado atividade humana, nesse sentido, “objetivamente correlativo do impulso, isto é, a aplicação da força impulsiva a qualquer produção ou realização de um fim humano” (MORAIS FILHO, 2014, p. 23).

Segundo Russomano (2005, p. 21):

Em todo o período remoto da pré-história, o homem é conduzido, direta e amargamente, pela ne-

cessidade de satisfazer a fome e assegurar sua defesa pessoal. Ele caça, pesca e luta contra o meio físico, contra os animais e contra os seus semelhantes. A mão é o instrumento do seu trabalho.

Entende-se, portanto, que as mulheres e os homens pertencentes a esse processo histórico estabelecem-se socialmente em conformidade ao meio e transformam esse meio de acordo com suas necessidades. Tendo em vista tais pressupostos, pretende-se contextualizar neste capítulo o papel da mulher nesse processo histórico atendo-se aos mecanismos que fundamentam estereótipos que mantêm a mulher em uma posição desigual, como força de trabalho secundária no que se refere à divisão sexual do trabalho.

Conforme Bruschini (2005), a busca da mulher por um espaço no mercado de trabalho na sociedade Ocidental começou a surtir maior efeito no século XIX, em cujo contexto social o homem obtinha o pátrio poder atuando como principal provedor no núcleo familiar, enquanto a mulher era submetida a um papel secundário na esfera privada, sendo responsável pelas funções domésticas. “O patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação. Mas difere de outros sistemas de dominação, como o racismo, a estrutura de classes ou o colonialismo, porque vai direto na jugular das relações sociais e da integração psicológica [...]” (DIMEN, 1997, p. 46). No sistema patriarcal vigente era permitido ao pai, chefe da família, que, em defesa da honra de suas filhas solteiras, cometessem contra elas atos de humilhação e violência. Assim que as filhas saíssem do berço familiar e fossem desposadas, esse poder era adquirido pelo marido. Os castigos cabiam sempre à figura masculina e eram muito bem vistos pela justiça eclesiástica (GOLDSHIMIDT, 1992).

As constituições tratavam a mulher como uma quase nada, as Ordenações Filipinas e o posterior Código Civil de 1916, implementado em 1917, que permitia castigar a mulher e até assassiná-la, ainda é muito presente porque, pela sua longevidade e pelos diversos discursos legitimadores, instalou-se na mente tanto dos homens como das mulheres. (COLLING, 2015, s/n).

Nesse contexto, as mulheres de classes menos privilegiadas ou até mesmo viúvas tinham que partir para a esfera pública à procura de trabalho para poder sobreviver, ainda que exercendo atividades legaliza-

das. “As mulheres menos favorecidas financeiramente ou as que haviam perdido o marido partiam para atividades pouco valorizadas e discriminadas pela sociedade” (PEREIRA; SANTO; BORGES, 2005, p. 2).

Com a consolidação do sistema capitalista, inúmeras mudanças ocorreram no processo produtivo das empresas e na organização do trabalho feminino. O desenvolvimento tecnológico e o crescimento industrial contribuíram para o aumento da representação feminina nas fábricas.

A Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX corroborou por introduzir a máquina no processo de produção de bens e circulação de riquezas, gerando duas consequências relevantes: a produção em larga escala, demandando maior emprego da atividade pessoal do trabalhador e a concentração do elemento humano, que antes dela era disperso nos pequenos núcleos artesanais, em torno das unidades onde se instalaram as máquinas. (PINTO, 2003, p. 23).

Em consequência, Martins (2008) pontua que a mão de obra feminina era largamente utilizada, já que por necessidade as mulheres se submetiam a baixos salários e a jornadas de trabalho entre 14 e 16 horas diárias. Isto em condições precárias, o que originava danos à saúde no cumprimento de obrigações que estavam muito além do que lhe eram humanamente possíveis.

Conforme Marconato (2002, p. 38):

As mulheres da classe trabalhadora, barradas dos empregos mais bem remunerados e tradicionais, em geral atuavam em setores não especializados, ou em fábricas onde a jornada era longa, as condições péssimas e os salários baixos. Não tinham acesso à educação superior e treinamento profissional, sendo legalmente proibidas de votar, a resposta foi o surgimento de movimentos feministas que lutavam por mudanças através de publicações, sociedades sufragistas e sindicatos.

Outro aspecto determinante que contribuiu para a inserção da mulher no mercado de trabalho foi a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente), quando os homens deixa-

ram suas funções e seguiram para a frente de batalha e assim as mulheres passaram a assumir algumas posições ocupadas pelos homens no ambiente produtivo. Uma relevante transformação oriunda dos movimentos pós-guerra foi o acesso permitido à mulher do espaço privado para o espaço público, aspectos que até então não se misturavam.

[...] o movimento de entrada das mulheres no mercado de trabalho tende a ocorrer quando o homem, por definição de provedor econômico principal ou exclusivo dos rendimentos da família, não pode cumprir de forma plena ou adequada essa função, devido a situações de desemprego, diminuição da sua remuneração, separação, falecimento ou outras causas. Sob essa ótica, a inserção feminina no trabalho sempre seria débil, precária, eventual, instável e secundária, e a mulher tenderia a se retirar da atividade econômica no momento em que o homem conseguisse recuperar sua situação ocupacional e de rendimentos. (ABRAMO, 2007, p. 12-13).

Para Verucci (1994), durante longo espaço de tempo, o papel da mulher esteve restrito à esfera privada, assim como ao âmbito doméstico e às necessidades familiares e sociais de reprodução, com exceção apenas de algumas sociedades em determinados períodos. Tal ruptura entre público e privado deve-se ao papel da mulher em outras áreas antes totalmente masculinas mediante movimentos de expressão de sua conscientização ou necessidade de inserção.

O que podemos observar é que as mulheres entre idas e vindas sempre trabalharam ao longo da história da civilização humana, considerando o próprio serviço doméstico ser compreendido como um trabalho ainda que não houvesse o recebimento de remuneração em face do trabalho condicionado ao ambiente doméstico. Entretanto, apesar da extensa trajetória, a expansão das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno recente e está relacionado a fatores culturais, demográficos e econômicos (BRUSCHINI, 2007).

Há algumas décadas, a porcentagem de mulheres economicamente ativas tem aumentado consideravelmente. Isso se deve também, entre outros fatores, aos movimentos políticos e sociais ocorridos no mundo entre as décadas de 60 e 70. Essa

mudança de padrões culturais impulsionou as mulheres a estudar mais e a participar do mercado de trabalho de forma consistente. (PEREIRA; SANTOS; BORGES, 2011, p. 2).

Entretanto, apesar da trajetória da mulher inserida em uma atividade que era antes exclusivamente masculina e de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam esse crescimento.

Os efeitos da globalização, complexos e contraditórios, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres em nível mundial, com a exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina. (HIRATA, 2002, p. 143).

A divisão sexual do trabalho em caráter objetivo, entretanto, se torna evidente, sendo que, conforme se observar, desde a infância as meninas são condicionadas a tornarem-se esposas, domésticas, mães. Mesmo quando as mulheres rompem com esses paradigmas sociais e lutam pelo direito de realização profissional, ainda se veem diante de condições desigualitárias que postergam seu sucesso profissional.

A mulher não participa apenas do mercado de trabalho. Assume suas funções reprodutivas, além do trabalho doméstico em que prevalece a responsabilidade feminina, permitindo com isso transmitir à mulher uma carga tripla de jornada de trabalho, ou seja, o trabalho extradomiciliar, o cuidado com os filhos e as tarefas do lar. “A ideia da mulher como força de trabalho secundária estrutura-se, em primeiro lugar, a partir da separação e hierarquização entre as esferas do público e o privado e da produção e da reprodução.” (ABRAMO, 2007, p. 16).

Segundo Bruschini (2007, p. 6-7):

[...] no processo de reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho incidem diversos fatores. Em primeiro, aqueles de caráter estrutural, vinculados aos determinantes gerais de uma *ordem de gênero* (que incluem não apenas o trabalho como também todas as outras dimensões da vida social) e de uma divisão sexual do trabalho que, ao mesmo tempo em que conferem à mulher a função básica e primordial de cuidar do mundo privado e da esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor social inferior ao mundo público, e desconhecem por completo o seu valor econômico. Isso para as mulheres não significa apenas uma limitação de tempo e recursos para investir em sua formação profissional e trabalho remunerado como também está fortemente relacionado a uma subvalorização (econômica e social) do significado do seu trabalho e seu papel na sociedade.

Os aspectos até aqui explanados apontam o processo de transformação ocorrido em diferentes momentos históricos. Analisar os fundamentos das disparidades de gênero permite-nos embasar as demais categorias de análise que serão posteriormente discutidas, tendo em vista que tais preceitos foram possíveis de ser elaborados justamente pelo processo de histórico de transformação, que, entre outros muitos aspectos, possibilitou a aquisição de novos conhecimentos.

### 3 GÊNERO E DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: APONTAMENTOS SOBRE OS PROCESSOS DE FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO

O presente capítulo trata de esclarecer aspectos conceituais e temas concernentes ao estudo no que diz respeito as suas utilizações e diferenciações, bem como objetiva fornecer um panorama geral da situação da mulher no mercado de trabalho docente e especificamente sua atuação enquanto docente do ensino superior.

#### 3.1 GÊNERO E SEXO: ALGUMAS DIFERENCIAÇÕES

As palavras, por si só, podem conter variedades implícitas e explícitas de conceitos e significados, as quais são ambíguas, instáveis e contêm múltiplos apelos. No decorrer deste capítulo, ao apontarmos a relevância dos estudos sobre gênero como categoria analítica, levanta-se a necessidade de conceituar as terminologias específicas que podem ser compreendidas de acordo com as diferentes perspectivas de estudo.

Tendo em vista os objetivos deste capítulo, abordaremos a palavra presente na literatura especializada que tem se dedicado à divulgação dessa terminologia com a finalidade de aprimorar a reflexão da temática de hoje. Tendo como fruto de profundas discussões, o dicionário Aurélio *online* (2015) traz o seguinte significado ao verbete: “Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos”. Significado este que vem ao encontro da abordagem desenvolvida no decorrer deste estudo. Quanto à palavra sexo, o mesmo dicionário atribui o significado: “Diferença física ou conformação especial que distingue o macho da fêmea”.

Yannoulas (2011) destaca que a palavra sexo vem do latim *sexus* e se refere tão somente à condição anatômico-fisiológica, ou seja, da distinção entre um macho e uma fêmea. Ainda, segundo a autora, derivada do latim *genus*, a palavra gênero, entretanto, se refere ao código sob o qual se rege a organização social das relações advindas da concepção social entre os homens e as mulheres. Ora, enquanto o sexo possui caráter biológico e orgânico, o gênero trata do modo como as culturas interpretam e organizam as diferenças entre os homens e as mulheres. Scott (1995, p. 76) afirma que “o uso do termo gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”.

Gênero é, portanto, um sistema que trata da construção ou do aspecto relacional das definições normativas da feminilidade e da masculinidade, que considera e enfatiza o aspecto interdependente das identidades, mas que releva também a distribuição desigual de poder entre mulheres e homens [...]. Pode-se perceber que, num tipo de organização sócio-psico-cultural androcêntrico, a diferença entre “machos” e “fêmeas” é então convertida numa relação de desigualdade, e as categorias “masculino” e “feminino” são desse modo hierarquizadas. No polo positivo fica o homem, e no polo negativo, a mulher. Com base na diferença biológica, marcada pelo fato de “ter pênis” ou “não ter pênis”, é construída uma representação do feminino como sendo “uma falta”, como “incomplete”, enquanto o masculino é representado como sendo um ser “inteiro”. O masculino representa-se com o falo (aspecto simbólico do pênis), e o feminino como a falta desse símbolo de poder. (TEIXEIRA; FREITAS, 2014, p. 332-333)

Hirata (2002) descreve o gênero como uma série de relações sociais de sexo e afirma que as condições de vida de homens e mulheres são determinadas por construções sociais hierarquizadas, baseadas na naturalização de diferenças biológicas entre os sexos. “As construções sociais e históricas continuam demarcando espaços na vida de homens e mulheres. As representações sociais precisam ser analisadas, reavaliadas e principalmente transformadas” (SOUZA; MENEZES 2013, p. 103).

Para Yannoulas (2011), caracterizar essa diferença se faz relevante visto que há uma estreita relação entre o significado de feminilização, adotado no presente trabalho, e o sexo como característica anatomo-fisiológica; bem como a relação entre o que se denomina feminização e a concepção social do gênero. Para melhor ilustrar tais relações, é importante pensar na palavra sexo de modo quantitativo, ao passo que o gênero deve ser pensado de modo qualitativo.

A autora afirma que o sexo, tratado puramente com significado anatomo-fisiológico, é passível de ser visto como apenas números (homens = 1 e mulher = 2) ao passo que ao gênero, carregando um significado individual e subjetivo, é impossível de se empregar um único valor, pois o valor a ser atribuído dependerá de cada cultura, bem como de cada relação.

Assim, adequa-se caracterizar o gênero de forma qualitativa levando em consideração seus aspectos subjetivos e relacionais. Portanto, em resumo às nuances deste estudo, ao analisarmos a feminilização, estaremos nos referindo quantitativamente à ocupação por sexo, ao passo que a análise referente à feminização será de gênero e suas constituições qualitativas.

Os estudos de gênero encontram sua base no pensamento feminista, o qual, por sua vez, surge em contraponto ao patriarcado, palavra esta derivada do grego *pater*, que diz respeito a um grupo de pessoas, família ou território governado por uma figura masculina, onde o poder sustentado por esta figura é apoiado pelos demais iguais. Esta forma de dominação sugere desigualdade entre os sexos, sustentando a subordinação feminina ao patriarca. Trata-se de uma ideologia na qual o homem adulto é a maior autoridade (D'ATRI, 2004).

Uma vez que as feministas encaram essa ideologia como uma criação cultural e histórica, portanto temporal, é premissa desse movimento buscar a igualdade ou a equidade de direito entre sexos e classes, questionando as raízes culturais de tais desigualdades (D'ATRI, 2004).

A proposta do estudo realizado por D'Atri (2004) é fundamentar as questões sociais envolvidas na desigualdade de gênero, buscando como vertente epistemológica o feminismo marxista reformista ou liberal. Diante disso, a autora afirma que o marxismo revolucionário, apesar de ter suas bases na igualdade econômica, na superação da opressão e de considerar que a emancipação da mulher esteja pautada na emancipação econômica, tem como pressuposta a ideia de que não existe uma revolução pacífica. Já para o marxismo liberal, mesmo considerando as categorias oprimidas, crê-se em uma transformação no pensamento social individual e conseqüentemente o coletivo, e é fundamentado na ideia de uma reeducação da consciência, entretanto, por vias pacíficas.

A autora ainda pontua que apesar da opressão da mulher ser anterior ao trabalho assalariado, historicamente, feminismo e marxismo nasceram no modo de produção capitalista, portanto, o desenvolvimento do proletariado e a desconstrução da economia familiar pré-capitalista se encontram na origem de ambos os pensamentos. Estas são, para D'Atri, as questões de base para as feministas marxistas, em que, para se alcançar uma reflexão pertinente nesse contexto, é imprescindível situar a mulher dentro de sua contemporaneidade sociopolítica, além de distinguir e determinar os padrões vigentes opressores dentro desta sociedade.

As feministas liberais prestaram pouca atenção às origens da desigualdade sexual e argumentaram

que a sociedade moderna, ou melhor dizendo, capitalista, com seus avanços tecnológicos, sua riqueza e abundância e o desenvolvimento da democracia como regime político, é a condição de possibilidade para a luta pela igualdade de gênero, que irá atingir seus resultados progressivos gradualmente. As feministas radicais, por outro lado, destacaram a existência da dominação masculina (patriarcado) em todas as sociedades existentes. Dentro desse ponto de vista, ainda parecia compartilhar com o socialismo na premissa de que no sistema capitalista é impossível afirmar a libertação humana; o fato é que eles são céticos sobre a capacidade do socialismo para criar uma verdadeira democracia baseada na abolição da escravatura salarial e que pode ser confiada à emancipação final e oprimidos. (D'ATRI, 2004, p. 3)<sup>3</sup>.

É essencial, portanto, que haja certo tipo de transformação cultural para a efetiva mudança social, e ambos os segmentos citados sustentam essa argumentação mesmo que em bases diferenciadas.

Na medida em que nos habituamos com os termos e conceitos específicos que conceituam as categorias de análise deste estudo, torna-se viável uma discussão mais concisa agregando os demais fundamentos que viabilizam uma compreensão mais ampla dos objetivos estabelecidos nesta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Tradução livre de: “Las feministas liberales prestaron poca atención a los orígenes de la desigualdad sexual y argumentaron que la sociedad moderna, o mejor dicho, capitalista, con sus avances tecnológicos, su riqueza y la abundancia y el desarrollo de la democracia como régimen político, es la condición de posibilidad para la lucha por la igualdad de género, que llegará a su progresiva y resultados poco a poco. Las feministas radicales, por el contrario, pusieron de relieve la existencia de la dominación masculina (el patriarcado) en todas las sociedades existentes. Dentro de este punto de vista, todavía parecía compartir con el socialismo la premisa de que el sistema capitalista es imposible reclamar la liberación humana; el hecho es que son escépticos sobre la capacidad del socialismo para crear una verdadera democracia basada en la abolición de la esclavitud salarial y en la que se puede confiar a la emancipación final y los oprimidos.” (D'ATRI, 2004, p. 3).

## 3.2 MULHERES, EDUCAÇÃO FORMAL E MERCADO DE TRABALHO DOCENTE: UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADES DE GÊNERO

### 3.2.1 Mulheres e educação formal

No contexto atual brasileiro, as mulheres foram conquistando seu espaço gradativamente, como o direito ao voto, assim como ter as mesmas oportunidades no âmbito educacional que os homens conquistaram. Nesse cenário, também reivindicaram e conseguiram conquistar o direito de escolha do marido, como também da profissão, de casar-se ou não, de terem filhos ou não, enfim, realizaram um percurso de escolhas, ou seja, de autonomia em várias esferas. Faz-se necessário aqui destacar que a atual pesquisa considera a situação da mulher ocidental, não abrangendo as culturas orientais, as quais ainda mantêm enraizadas o poder autoritário relacionados aos aspectos anteriormente mencionados.

Haja vista que as mulheres, em sua trajetória histórica em âmbito nacional, de maneira equivalente, foram e muitas ainda são mantidas à sombra dos homens e sob suas imposições. O papel idealizado para a mulher estava centrado numa postura dócil, submissa, voltada unicamente a suprir as necessidades do marido ou patriarca da família e à maternidade. Sua vida se resumia em se preparar para o matrimônio, bem como as responsabilidades pelas necessidades do marido. Nesse cenário, a educação formal era somente destinada aos homens, sendo também lecionada por eles. Já para as mulheres, a educação era oferecida de forma diferenciada dos homens. A preocupação da educação feminina era prepará-las para a vida familiar, com valores morais e éticos, e nenhum momento voltado ou preocupado com a educação intelectual (ROSA, 2011).

O século XXI, por sua vez, proporcionou avanços significativos para as mulheres na educação formal, visto que hoje há uma acentuada diminuição nas disparidades existentes em relação aos conteúdos educacionais oferecidos aos homens e mulheres em formação e pelo perceptível número de mulheres que ocupam as salas de aula na educação superior.

A constituição do PNPM 2013-2015 (Plano Nacional de Política para as Mulheres) e sua crescente popularidade ascenderam a discussão sobre a temática da desigualdade de gênero; esta, porém, não é uma discussão recente, tendo em vista a antiga e histórica desigualdade social

entre homens e mulheres. Ilustrando tal desigualdade, Saffioti (1979)<sup>4</sup> publica, em seu livro *A mulher na sociedade de classes*, a tabela abaixo ilustrada, que apresenta dados estatísticos de formandos em 1929 em diferentes áreas de conhecimentos. A tabela 1 aponta o não privilégio da mulher no espaço acadêmico:

Tabela 1 - Número de concluintes no Ensino Superior no Brasil por sexo (1929)

Cursos	Ensino Superior - Brasil 1929	
	Número Concluinte	
	Homens	Mulheres
Medicina	609	4
Odontologia	156	13
Farmácia	167	62
Filos. e Letras	6	1
C. Jurídicas e Sociais	401	2
Engenharias	255	1
Química Industrial	0	0
Agronomia e Veterinária	145	2
Comercial	2458	627
Arte dramática	0	1
Belas-Artes	29	0
Música	31	588
<b>Total</b>	<b>4257</b>	<b>1301</b>

Fonte: Saffioti (1979, p. 217).

Ainda na tentativa de ilustrar o histórico de desigualdade, Cunha e Silva (2010) fazem um retrospecto da mulher no Brasil imperial do século XIX, período em que a mulher ficava à margem do processo de alfabetização. Maciel e Shigunov Neto (2006) retrocedem à época e acrescentam que, no Brasil, a educação de mulheres tem início nos séculos XVI e XVII, em conventos, quando, durante três anos, as meninas se limitavam a aprender a ler, a escrever e os afazeres domésticos. Ressalta-se que cabiam às freiras a responsabilidade de educadoras, e por gerações a leitura ocorria unicamente pelos textos bíblicos.

Conforme Almeida (2014), eram poucos os conventos femininos, apenas na Bahia e no Rio de Janeiro foram fundadas tais instituições religiosas, enquanto nas demais cidades existiam simples recolhimentos, os quais, embora menores, se assemelhavam aos conventos em sua estrutura funcional.

Além disso, somente as mulheres brancas e nascidas em famílias de maior poder aquisitivo eram permitidas de frequentar os conventos

<sup>4</sup> A primeira edição foi publicada em 1969.

ou recolhimentos, visto que o deslocamento e o acesso a tais localidades exigiam da família um dote, o que excluía do processo educacional uma parcela significativa de mulheres, apontando as diferenças e desigualdades entre raças e classes sociais, já que era negado o acesso às mulheres negras e brancas pobres. A ida das jovens ao convento, ou aos recolhimentos, limitava-se a aprender a bordar, cozinhar doces, ler, escrever e fazer contas, além de um pouco de latim, música e história sagrada (ALMEIDA, 2014).

Corroborando tais fatos, Ribeiro (1998) acrescenta que, após a colonização do país pelos portugueses, o processo de escolarização se iniciou com os Jesuítas, que se tornam a ordem religiosa dominante nesse campo, cujo objetivo da Companhia era preparar a elite para o trabalho intelectual segundo o modelo religioso católico. Entretanto, essa preparação da camada elitizada não se estendia aos homens e às mulheres da época, pois, para a Companhia de Jesus, a mulher deveria se submeter à igreja e ao marido e recolher-se ao espaço doméstico.

Somente no século XIX ocorre a preocupação com a instrução feminina, durante o império, em 1827, com a instituição da Lei Geral do Ensino; no entanto, esta restringia as meninas apenas às escolas de primeiras letras. Cabe observar que mulheres brasileiras de reconhecida honestidade e que mostrassem mais conhecimento nos exames feitos poderiam ser escolhidas para a função docente. Tal exigência não é colocada na referida Lei em relação aos homens (GOMES, 2013).

Cunha e Silva (2010) acrescentam ainda que as escolas do século XIX eram ainda muito precárias e além da legislação que propunha nova perspectiva para as meninas, pois teriam uma educação diferenciada, em classes separadas, contando com o ensino de professores do mesmo sexo. A lei proíbe o ensino misto e limita o ensino feminino ao primário. A grande diferença, no entanto, estava na grade curricular: enquanto meninos tinham acesso à geometria, as meninas tinham que aprender prendas domésticas (OLIVEIRA, 2009).

Contudo, vislumbrando um cenário onde as meninas não receberiam o mesmo aprendizado que os meninos e que só poderiam ser ensinadas por docentes do mesmo sexo, uma das preocupações seria em como encontrar “mestras” que ensinassem nessas escolas. Esse modelo diferenciado não só fracassou como também ajudou a retroceder a educação para as mulheres (CUNHA; SILVA, 2010).

Os estudos desses autores apontam que as mulheres não tinham acesso ao ensino superior, mesmo as oriundas de famílias ricas; foram raríssimos os casos em que algumas obtiveram o consentimento para prosseguir os estudos, mas tudo baseado em uma série de documentos

enviados às academias e apresentação de atestados de boa conduta (CUNHA; SILVA, 2010).

No século XIX, a condição sociocultural estabelecida na época tornava inviável uma educação intelectualizada, tendo em vista o enfoque no preparo da mulher para educação dos filhos, afazeres domésticos de acordo com as normas da boa sociedade, exercendo assim o seu papel de esposa, mãe, cuidadora e guardiã da família e dos bons costumes (CUNHA; SILVA, 2010; YANNOULAS, 2011).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, a necessidade de ampliar a formação cultural das jovens forçou a busca de preceptoras acompanhantes trazidas da Europa. A partir disso, as meninas passaram a receber algumas noções de gramática, francês, inglês e piano dentro da esfera doméstica. No entanto, nas escolas regulares, a formação continuava voltada para regras de etiqueta e noções de moral (OLIVEIRA, 2009).

Nos tempos atuais, a relação entre mulheres e a educação formal se difere da situação vivida nos séculos XVI, XVII XVIII e XIX. Difere-se também dos dados percentuais de 1929 apontados na tabela anteriormente ilustrada. A educação formal de mulheres é algo atual no Brasil e ainda envolve muitas dificuldades e desproporcionalidades. A inserção no mercado de trabalho e na ocupação de espaços públicos é tão extenso e dificultoso quanto o processo que promoveu a permissão legal do acesso total e absoluto das brasileiras à educação escolar. As transformações sociais e culturais ocorridas nos anos de 1970, acrescidas de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização, estimularam o ingresso das mulheres nas universidades de modo mais marcante, em procura de uma ideação de vida profissional (COLARES; SINDEAUX, 2012).

No entanto, no que se refere às áreas de conhecimento e formação, verificam-se a (re)produção de determinados “guetos femininos e masculinos”. Uma grande amostra dessa desproporção pode ser verificada na área de Engenharia, que apresenta “guetos femininos” quando se comparam os diferentes tipos de engenharia. De acordo com Costa (2011), no vestibular para a Universidade Federal de São Paulo – USP, no ano de 2002 (último com estatísticas desagregadas por sexo), apenas 8% do total de candidatos ao curso de Engenharia Elétrica eram do sexo feminino, e apenas 5% ao curso de Engenharia Mecânica. A Engenharia Civil atingiu 18% e a Engenharia de Alimentos apresentou, ao contrário, 72,4% de candidatas.

O mesmo autor relata ainda que, em 2009 (último ano com estatísticas desagregadas por sexo), na Universidade Federal Fluminense – UFF, apesar de 59,41% dos candidatos ao vestibular dessa instituição

terem sido do sexo feminino, as mulheres estavam em menor número nos cursos de Engenharia Elétrica (18,3%) e Mecânica (13,89%), com alguma melhora para Engenharia Civil (33%). Segundo Lombardi (2006), a Engenharia Civil é o curso que apresenta tradicionalmente maior número de mulheres. “A engenharia Civil continua a ser a especialidade mais absorvida pelo mercado durante todo o período: em 2002 ela oferecia 27% dos empregos para engenheiros e 32% dos postos para engenheiras” (LOMBARDI, 2006, p. 183). Inversamente, nesse mesmo ano, segundo Costa (2011), no curso de Serviço Social, 92% das candidatas foram mulheres.

No campo científico, segundo dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq de 2004, apresentado por Bandeira (2008), observa-se a segregação por sexo em áreas específicas do conhecimento. As pesquisadoras se encontram em maioria nas áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras, Artes e Ciências Biológicas, enquanto são minoria as mulheres que estão nas engenharias. Por outro lado, os homens estão concentrados nas Ciências Exatas e da Terra, o que denuncia a divisão sexual do trabalho e influências históricas e culturais nas universidades (BANDEIRA, 2008).

A segregação também é aparente quando se é observada a quantidade de pesquisadores com bolsa de Produtividade em Pesquisa (Pq). Mesmo nas áreas em que as mulheres são maioria – Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Linguística, Letras e Artes –, elas não estão representadas na categoria mais alta da carreira (Pq 1-A), ocupando somente 30% (BANDEIRA, 2008). Para conhecimento, a bolsa de Produtividade em Pesquisa está dividida em níveis, iniciando no nível 2, seguida pelos níveis 1-D, 1-C, 1-B e termina no nível 1-A, que é dada a pesquisadores mais experientes. Os critérios para concessão e progressão dentro desse sistema têm componentes quantitativos e qualitativos. Com base em algumas das especificidades acerca do processo de educação formal de mulheres e homens, o tópico seguinte trata da participação de mulheres no mercado de trabalho, com ênfase na docência no ensino superior.

### **3.2.2 Mulheres e docência no ensino superior**

A trajetória substancial de inserção de mulheres na educação formal permite a inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que as demandas do mercado de trabalho requisitam capacitação, ainda que mínima, no emprego de determinadas funções.

A entrada da mulher no mercado de trabalho teve como pontapé inicial as duas grandes guerras mundiais, que ao colocar os homens em batalha, e consequentemente morte de muitos destes, demandou, quase como obrigação às mulheres, que ocupassem os postos de trabalho, afinal, a família precisava ser sustentada e a produção não podia parar. (COLARES; SINDEAUX, 2012, p. 2).

Hoffmann e Leone (2004) acrescentam que a inserção se intensificou a partir da década de 1970 em um contexto de expansão econômica e acelerado processo de industrialização e urbanização. As autoras Bruschini e Lombardi (1996) apontam para a mudança evolutiva do perfil das mulheres no mercado de trabalho, evidenciando que as trabalhadoras na década de 1970 eram na maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Já na década de 1980, era mais comum mulheres com idade acima de 25 anos, casadas, com níveis mais elevados de instrução e com nível de renda não mais tão baixo.

Bruschini e Lombardi (1999) ainda relatam que, sobretudo nos anos de 1970, ocorreram mudanças no contexto de profissões que até então eram reduto exclusivo do mundo masculino, tais como Engenharia, Medicina, Arquitetura e Direito, o que ocasionou a inserção maciça de mulheres nesses campos de trabalho. Portanto, essas profissões passaram a receber um percentual cada vez maior de mulheres para uma carreira profissional, corroborando a publicação das autoras em 1996, a qual aponta uma evolução financeira e de níveis de formação na década posterior.

A feminização dos postos universitários parece acontecer acompanhada, ou como consequência, de mudanças relativas às estruturas político-econômicas nas últimas décadas, assim como na lógica de produção e propósitos. A universidade passou a incluir públicos variados, tendo seu produto (o diploma) ressignificado na sociedade. Lentamente, outros grupos sociais ocupam esse espaço, muitos dos quais não correspondem ao perfil androcêntrico e eurocêntrico, geralmente exilados por apresentarem “desvios” em suas condições de sexo, orientação sexual, raça, classe socioeconômica, entre outras. Hoje, a universidade pública passa a representar uma possibilidade den-

tro do imaginário de diferentes indivíduos. Além disso, associado a esse crescimento numérico, nota-se um processo de pauperização das condições de trabalho nas universidades públicas e proletarianização da categoria, agravada por rápida expansão do setor privado de ensino superior com relativa perda de status da categoria professor universitário. (TEIXEIRA; FREITAS, 2014, p. 330).

Estudos mostram expressivo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996; BRUSCHINI, 2007; CAPPELLIN, 2008) e não é incomum ver hoje mulheres engenheiras, pilotando caças ou ocupando altos cargos jurídicos.

Apesar de encontrar mulheres em diferentes setores do mercado de trabalho e cursos acadêmicos ou de formação profissional, torna-se visível, ainda hoje, um fenômeno que autores chamam de “guetos femininos” ou “guetos profissionais” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; 2007; BARBALHO, 2008; ÁVILA, 2009; COSTA, 2011). Tal fenômeno consiste em dois polos opostos de atividades. Em um polo, encontram-se ocupações caracterizadas de má qualidade, ocupadas predominantemente por guetos femininos (como o emprego doméstico), e em outro polo, ocupações caracterizadas como boas profissões, em áreas profissionais de prestígios masculinos como Engenharia, Arquitetura, Medicina e Direito (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; 2007).

Paulatinamente, no que concerne ao mercado de trabalho, identifica-se um processo de feminização de postos de trabalho no ensino superior, porém com significativa perda de status e de poder aquisitivo, apresentando importante processo de proletarianização da docência nesse nível [...]. No Brasil, os homens ainda são maioria numérica e de poder nas instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas (INEP, 2007). As oportunidades de sucesso e ascensão de mulheres nas instituições de ensino superior ainda são inferiores às dos homens, com menor número de bolsas de produtividade nas agências de fomento e sub-representação nos postos de poder e status [...]. Apesar disso, desde a Constituição brasileira promulgada em 1988, o Brasil tem promovido ações em vários âmbitos para a equidade de gênero, por exemplo, o Plano Nacional de Educação/PNE, de

2001 (INEP, 2007), e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, de 2004 (INEP, 2007), entre outros. Isso ocorre porque as instituições escolares – desde o nível fundamental ao universitário – ainda ignoram ou negligenciam as questões de gênero como fatores importantes no desempenho acadêmico de estudantes [...]. Na área da educação, na década de 1990, iniciam-se discussões sobre as diferenças e desigualdades de gênero nos currículos e nas práticas escolares, vistos como androcêntricos e heterossexistas. (TEIXEIRA, 2010, p. 332).

Analisando o processo de “guetização profissional”, é comum encontrar na literatura especializada estudos epidemiológicos mostrando que áreas como Magistério (MORGAGE, 1992; 1997) e Engenharia (LOMBARDI, 2006; YANNOULAS, 2013) apresentam dois opostos quando se trata dos estudos de gênero. A história das mulheres na área das Ciências Exatas é bastante recente: no Brasil, a primeira mulher a se formar em Engenharia foi no ano de 1919 (QUEIROZ, 2001), mais de vinte anos depois das primeiras mulheres ingressarem em áreas como Saúde e Direito; ainda, após a primeira mulher engenheira em 1919, a segunda surgiu só em 1926.

Atualmente, cerca de um século depois, as milhares de engenheiras atuantes representam apenas 14% da profissão (LOMBARDI, 2006). Em contrapartida, hoje, no magistério, há uma predominância maciça de mulheres (MORGAGE, 1992; 1997; SAMPAIO et al., 2002), diferentemente da história que registra em seus primórdios uma exclusividade masculina. Entretanto, a ocorrência da feminização não aponta progresso enquanto ocupação do magistério, já que houve acentuada depreciação da profissão.

Segundo Almeida (2014), os termos concentração horizontal e concentração vertical são usualmente utilizados para descrever as formas de distribuição desigual de profissionais na área acadêmica segundo o sexo no interior de espaços na conjuntura laboral. Quando horizontal, sugere uma ocorrência superior de um dos sexos em determinada área profissional, enquanto a concentração vertical descreve situações em que a proporção de um sexo é muito alta em determinado ponto específico de hierarquia e muito baixa em outro se referindo à mesma carreira ou profissão.

Enquanto guetos profissionais, as áreas de Engenharia e Magistério destacam-se por apresentar os dois extremos opostos quando se trata de estudos sobre profissões e gênero. Todavia, as desproporcionalidades de gênero estão presentes na grande maioria das áreas, considerando como ocorrem os processos de feminização e feminilização destas (ALMEIDA, 2014).

A feminização do Magistério, em especial nas séries iniciais, foi reforçada, entre outros, pelos atributos introjetados à mulher, como sendo parte de vocações femininas como maternidade e cuidado aos filhos, além de que o magistério era considerado uma continuidade do trabalho do lar. No decorrer das primeiras décadas do século XX, o magistério representou a única carreira aberta às mulheres (ALMEIDA, 2014).

Estudos apontam que as mulheres compõem a maioria dos docentes da Educação Infantil, enquanto estão, proporcionalmente, em minoria no Ensino Superior (VIANNA, 2001). Para Carvalho (2009), o sistema educacional reflete a desagregação sexual e de gênero no trabalho, com a participação feminina, na sua grande maioria, nos níveis inferiores do sistema, sendo que nos níveis superiores, ela permanece desvalorizada. Ampliar e qualificar sua formação, bem como prosperar em suas condições de trabalho, é uma necessidade emergente. Além disso, “professoras universitárias das áreas de Ciência e Tecnologia representam menos de 30% do corpo docente. Dentro dos mesmos grupos docentes, são os homens que ocupam os cargos diretivos e de poder” (GARCIA, 2011, p. 241).

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2011, apresentado por Gomes (2013), o perfil docente nas universidades públicas é composto por docentes do sexo masculino, com título de doutor, em regime de trabalho de tempo integral e faixa etária em torno de 47 anos. No entanto, nas universidades privadas, o perfil docente é formado também pelo sexo masculino, porém difere em relação ao título, tendo a maioria de mestres, horistas e idade média de 34 anos. Observa-se, porém, que, independentemente da categoria administrativa, a predominância de homens na docência da educação superior é visível.

O site do CNPq/Lattes<sup>5</sup> apresenta números de sua base dados de profissionais desagregados por sexo. Quando pesquisado os números de mestres da área de ensino e pesquisa, obtêm-se os resultados: dos professores com título de mestre, trabalhando com pesquisa e que têm currículo lattes, 44.391 (54%) são do sexo feminino e 38.235 (46%) são do sexo masculino.

---

<sup>5</sup> <http://lattes.cnpq.br>

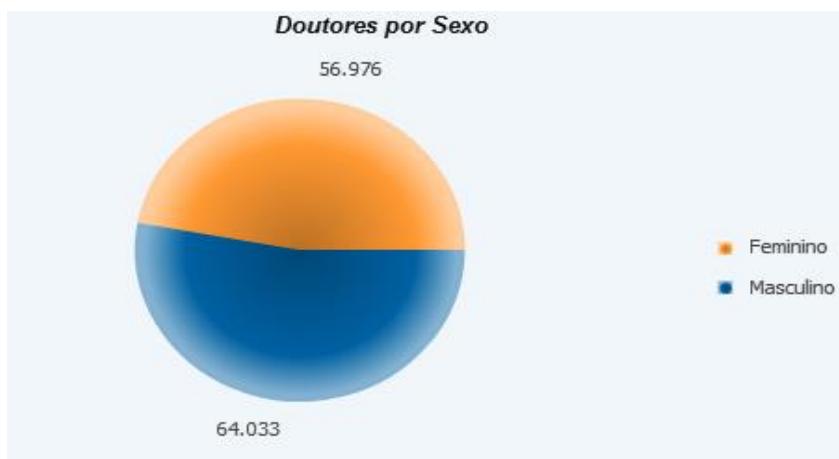
Gráfico 1 – Mestres por sexo – Brasil (2015)



Fonte: Plataforma Lattes/CNPq (2015).

No entanto, quando analisados os pesquisadores da área de ensino com título de doutor que trabalham com pesquisa e que têm currículo lattes, se observa uma inversão dos percentuais: 56.976 (47%) são do sexo feminino e 64.033 (53%) são do sexo masculino.

Gráfico 2 – Doutores por sexo – Brasil (2015)



Fonte: Plataforma Lattes/CNPq (2015).

Esse déficit de titulação pode ser bem explicado pela histórica cultura de pouco valor à instrução feminina (ALMEIDA, 2014), mas igualmente pelo papel naturalizado vivenciado pelas mulheres na esfera doméstica quando interrompem suas carreiras a fim se dedicarem à maternidade, enquanto no caso dos homens não se estabelece a necessidade de diminuir sua produção científica ao ser pai.

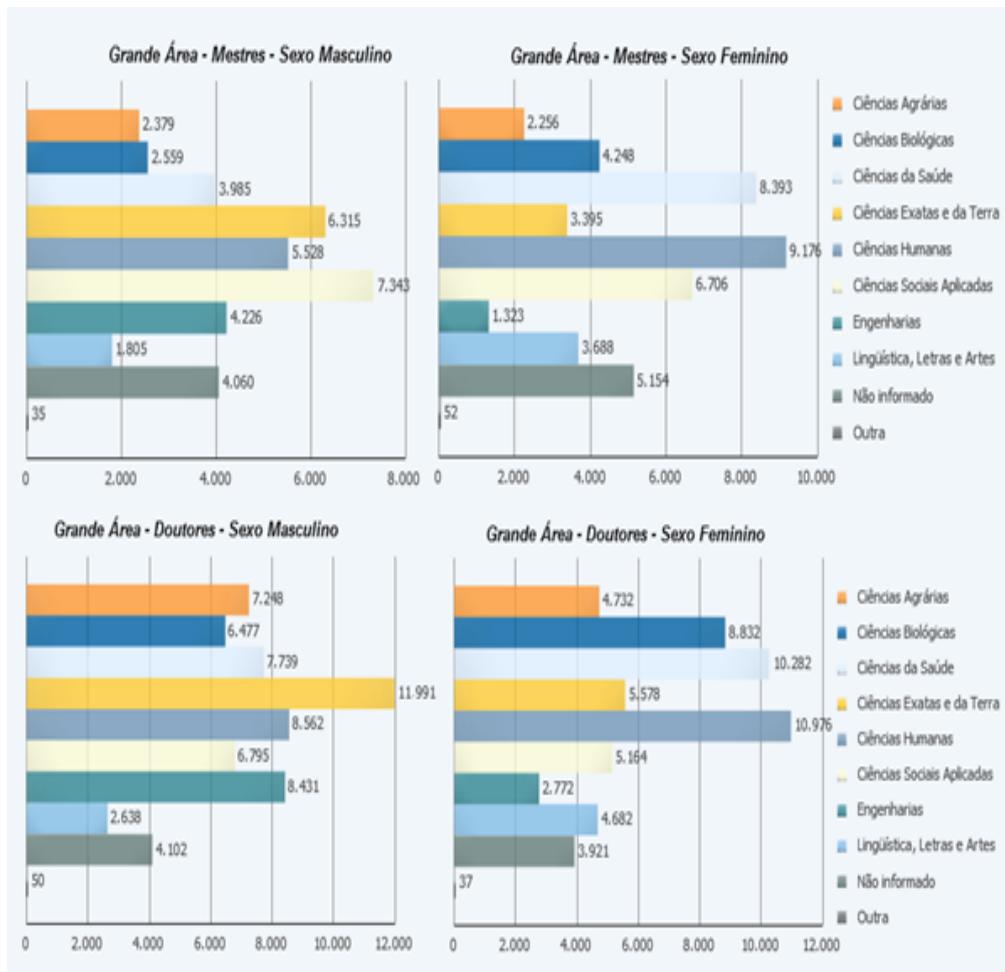
Esses dados estão em consonância com o estudo de Gomes (2013), o qual também observou que, quanto maior a titulação, menor é a representatividade feminina. Também é coerente com os achados de Bandeira (2008), o qual constatou que a representatividade de doutoras é menor em relação a de doutores. Esses dados estão também de acordo com dados estatísticos encontrados na análise de distribuição de bolsas do CNPq, em 2012, pois quando verificou bolsas de menor formação como iniciação científica ou mestrado, verificou-se que havia mais mulheres recebendo as bolsas, no entanto, quando verificadas as bolsas de doutorado pleno ou produtividade em pesquisa, os homens é que recebiam a maioria das bolsas.

No intuito de verificar as áreas de conhecimento, foi possível confirmar que elas estão divididas por guetos. Por mais que as mulheres estejam distribuídas em todos os cursos, há uma diferença percentual significativa quando comparados os dois sexos. Comumente, as diferenças mais significativas estão nas áreas de Engenharia e Ciências Exatas e da Terra, e essa diferença se mostra semelhante tanto para mestres quanto para doutores.

Os dados brutos se mostram bastante diferentes quando comparados os sexos, no entanto, os percentuais desses dados evidenciam que, dos docentes da área de Ciências Exatas e da Terra com o título de mestre, 3.395 (35%) são do sexo feminino, enquanto 6.315 (65%) são do sexo masculino. A disparidade é ainda maior quando verificada a área de Engenharia: dos engenheiros docentes mestres, somente 1.323 (24%) são do sexo feminino, enquanto 4.226 (76%) são do sexo masculino (CNPq, 2015).

Quando as mesmas áreas são verificadas, porém com a titulação de doutores, é possível observar que as diferenças permanecem. Dos docentes da área de Ciências Exatas e da Terra com o título de doutor, 5.578 (32%) são do sexo feminino, enquanto 11.991 (68%) são do sexo masculino. Dos engenheiros docentes doutores, 2.772 (25%) são do sexo feminino e 8.431 (75%) são do sexo masculino (CNPq, 2015).

Gráfico 3 – Mestres e doutores desagregados por sexo – Grande Área – Brasil (2015)



Fonte: Plataforma Lattes/CNPq (2015).

Em contrapartida, ainda no intuito de apresentar os guetos na docência do ensino superior, as áreas de Ciências Humanas e Ciências da Saúde mostram uma dinâmica diferente. Das professoras mestras que atuam na área de Ciências Humanas, 9.176 (62%) são do sexo feminino, enquanto 5.528 (38%) são do sexo masculino. Na área de Ciências da

Saúde, das docentes com o título de mestre, 8.393 (68%) são do sexo feminino e 3.985 (32%) são do sexo masculino. Porém, quando a comparação se dá pela titulação, os percentuais se modificam significativamente. Das professoras doutoras que atuam na área de Ciências Humanas, 10.976 (56%) são do sexo feminino, enquanto 8.562 (44%) são do sexo masculino, e na área de Ciências da Saúde, dos docentes com o título de doutor, 10.282 (57%) são do sexo feminino, enquanto 7.739 (43%) são do sexo masculino (CNPq, 2015).

Aqui, vê-se uma inversão dos percentuais, em que há mais mulheres que homens atuando nessas áreas. Todavia, é importante ressaltar que, quando a análise é feita pela titulação, por mais que o percentual entre as docentes do sexo feminino ainda continue maior, observa-se uma tendência à diminuição da diferença entre os sexos em ambas as áreas em oposição às áreas com predominância masculina. Essa diferença entre a titulação evidencia o quanto os homens tendem a estar em cargos hierárquicos mais elevados com titulações maiores independentemente da área de conhecimento. Esses dados corroboram estudos mostrando que, quanto maior a titulação ou a hierarquia na carreira, a representatividade feminina diminui (MELO, 2004; LOMBARDI, 2006).

Observando os dados colocados, observa-se clara inclinação de docentes mulheres para as áreas das humanidades, enquanto os homens, para as tecnológicas, reflexos das crenças sociais historicamente naturalizadas e reproduzidas.

As mulheres poderiam ser educadas e instruídas, era importante que exercessem uma profissão, no caso, o magistério, e colaborassem na formação das gerações futuras. Porém, não poderiam exercer profissões nas quais concorressem com os homens, ressaltando-se que a missão principal de suas vidas era a geração e a criação de filhos saudáveis para o país em desenvolvimento. (ALMEIDA, 2014, p. 924).

Esses números, extraídos da base de dados da Plataforma Lattes, vêm ao encontro dos diferentes estudos citados anteriormente, pois evidenciam a diferença entre gênero na docência do ensino superior. Esses dados ainda são passíveis de ser refletidos com base nas áreas acadêmicas de formação, pois é comum observar em vários estudos esses guetos também na formação discente. Assim, é possível aferir que há uma feminilização das áreas de humanas e uma desvantagem percentual de

mulheres em áreas exatas. Quanto à feminização, faz-se necessária a análise que tenha como foco o papel desempenhado pelas mulheres nessas áreas, para assim inferir qualitativamente.

Historicamente, a delimitação e o exercício das profissões estão sexualmente marcados. O mercado de trabalho está segmentado em dois sentidos: horizontal (poucas profissões e ocupações absorvem a maioria das trabalhadoras) e vertical (poucas mulheres ocupam altos cargos, ainda que se considerem setores de atividade com preponderante participação feminina como a educação, a saúde, o serviço social etc.). Em todas as culturas, realiza-se uma interpretação bipolar (feminino – masculino) e hierárquica (o masculino mais valorizado que o feminino) das relações entre homens e mulheres. Quando se discute essa questão, pretende-se debater e transformar a construção social e cultural das relações de gênero, no sentido de pluralizá-las e democratizá-las, a fim de contribuir para a eliminação de discriminações baseadas em dicotomias estereotipantes e hierarquizantes. O gênero, mais do que o do sexo, permite reconhecer as diferenças existentes entre as próprias mulheres (e entre os próprios homens), a partir de características étnicas, raciais, de classe, de orientação sexual, de idade, entre outras possíveis. (YANNOULAS, 2011, p. 284).

Como se verificou com os referenciais teóricos expostos no decorrer do trabalho, a feminização traz implicações e características peculiares de forma direta no exercício da profissão docente, e isto acaba atribuindo certas conotações e representações a essa profissão.

No contexto atual, nas estruturas educacionais, desde a Educação Infantil e Anos Iniciais, geralmente, espera-se encontrar a imagem feminina, da professora como mestra em sala de aula e, no entanto, se for um homem que estiver ocupando essa profissão, já acaba causando estranheza por parte da sociedade.

Ao explicar tais dados, podemos verificar uma realidade alarmante, ao refletirmos sobre algumas questões que permeiam esse cenário, pois os cargos máximos de uma profissão em sua maioria feminina,

ainda na conjuntura atual, acabam sendo ocupados em grande parte pelo sexo masculino.

Verifica-se que, gradativamente, as mulheres foram inseridas no contexto escolar, incluindo o ensino superior, embora sua presença ainda seja mais expressiva nos cursos que reproduzem o papel “feminino”. Em Santa Catarina, nesse contexto, também houve esse direito à escola para as meninas (RISTOFF, 2006).

Os referenciais teóricos até aqui explanados acerca da feminização podem significativamente contribuir para uma análise mais aprimorada tendo como perspectiva a participação feminina no mercado de trabalho; da mesma maneira, contribui para elucidar a discussão acerca da feminilização nesse espaço. Ou seja, aspectos discutidos quantitativamente por órgãos que avaliam as questões econômicas da atuação da mulher nos espaços profissionais, e, da mesma maneira, discutido qualitativamente e politicamente por sujeitos sociais atuantes em prol da uma participação e reconhecimentos igualitários, bom como pelas ativistas feministas e seus movimentos com o mesmo fim.

Para Almeida (2014), discussões que permeiam as dicotomias de gênero presentes na ocupação da mulher e sua atividade laboral estão ganhando uma amplitude global em vias epistemológicas, acadêmicas, e trazendo atenção de órgãos políticos hoje responsáveis por proporcionar a cada cidadão uma sociedade igualitária, onde todos tenham seus direitos e deveres respeitados e estabelecidos de forma ética levando em consideração nada além do bem-estar comum de todos, sem distinções.

Entretanto, o que ainda presenciamos são espaços fundamentados em valores patriarcais e preconceituosos que, de maneira velada, promovem ou são condescendentes às falsas manifestações e falácias com o objetivo mantenedor da exclusão e desrespeito às diferenças de gênero. É urgente a necessidade de desnaturalizar conotações que reproduzem valores distorcidos sobre as categorias aqui analisadas e reverter o ainda estagnado estado de disparidades que norteiam as relações hierárquicas dissimuladas e enraizadas em critérios que levam em consideração a superioridade ou inferioridade das classes sociais.

Ante tais colocações, cabe ainda salientar que a academia e a docência, mais do que instituição ou profissão, são agentes e porta-vozes fundamentais na luta e na resistência dos valores distorcidos e impostos por entidades condizentes e conducentes da desvalia e do preconceito.

Um número crescente de pesquisas relata que docentes homens e mulheres do ensino superior se deparam com circunstâncias não semelhantes para construir suas trajetórias na pesquisa brasileira. Tais diferenças muitas vezes se traduzem e se caracterizam sob a forma de condições

laborais menos favoráveis para que as mulheres construam suas carreiras nas Universidades. A fim de transpô-las, é imprescindível que haja mudanças efetivas na dinâmica de trabalho do cientista e do docente:

No Brasil, por exemplo, embora hoje as mulheres componham metade do total de pesquisadores, sua distribuição é desigual dentro das grandes áreas de conhecimento. No campo de Linguística, Letras e Artes, elas chegam a 67%, e nas Ciências da Saúde, a 60%. Nas Ciências Exatas, porém, são apenas 33% e nas Engenharias, 26%. Os dados são do estudo “A participação feminina na pesquisa: presença das mulheres nas áreas do conhecimento”, conduzido por Isabel Tavares, coordenadora da área de iniciação científica do CNPq. Ela se baseou em números de 2006 do Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) da instituição, da Plataforma Lattes e da Coleta/Capes [...] Essa concentração em certas subáreas é verificada mesmo nos campos onde a presença das mulheres é grande, como as Ciências Sociais Aplicadas. No Brasil, elas são a maior parte dos pesquisadores em Economia Doméstica (88%) e Serviço Social (82%), mas minoria em Economia (31%) e Direito (40%). Para Isabel, os números confirmam a tendência de destinar “as atividades de finanças e gerência para os homens, bem como a tradição de jurista, cabendo à mulher a economia do lar e o atendimento à sociedade”. Algo semelhante acontece na Medicina, onde o número de mulheres tem crescido desde a década de 1990, mas é mais evidente em pediatria, dermatologia, ginecologia, clínica geral. (NOGUEIRA, 2011, p. 1-2).

Dessa forma, os estereótipos atuam como fatores decisivos na escolha das carreiras pelas quais optam as mulheres. O que se viu resulta na desproporcionalidade na presença de homens e mulheres atuantes em

áreas exatas e humanas tendo em vista que esta última se aproxima da reprodução de funções sociais, familiares e domésticas. O que se vê como consequência é a perpetuação de paradigmas, tais como aptidões desiguais entre homens e mulheres relacionadas ao raciocínio lógico e matemático (MACIEL, 2006).

Professores do ensino fundamental verificaram que, por volta de até 12 anos, meninos e meninas possuem habilidades de raciocínio semelhantes. A partir dessa idade, o interesse das alunas pela matéria tende a diminuir, e, conseqüentemente, suas notas. Embora ainda não esteja claro se a queda de desempenho esteja relacionada à socialização, à biologia ou a uma combinação exata dos dois fatores, a simples crença de que mulheres são piores em matemática, em exatas, parece nesse período ter efeito sobre elas (MACIEL, 2006).

Faz-se necessário, portanto, promover mudanças estruturais no atual contexto acadêmico, já que nele estão centradas as informações que vão além do senso comum, pois é nele que está centrada a visão de algumas profissões como masculinas e outras como femininas, o que acaba estabelecendo como missão exclusiva da mulher cuidar da casa e da sua prole, e isto faz com que a mulher também enfrente sérias dificuldades para ser julgada competente e hábil para ocupar posições de poder em qualquer cargo, inclusive na docência universitária.

A fim de abordarmos a análise dos dados que corroboram a temática até aqui discutida, no capítulo posterior, na pesquisa empírica, será elucidada a metodologia adotada para que sejam explanados os resultados pertinentes ao presente estudo.

#### **4 ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE FEMINILIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO NA DOCÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE**

A Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc trata-se de uma universidade comunitária que tem como mantenedora a Fundação Educacional de Criciúma – Fucrí. Seu status de universidade comunitária introduz na identidade da instituição uma marca de flexibilidade da qual seu papel não se limita em ensinar à comunidade, mas também aprende com ela. Tal status lhe permite uma aproximação não só da comunidade, mas também de seus docentes e discentes.

A instituição segmenta suas áreas de conhecimento por Unidades Acadêmicas (UNA), que englobam cursos de Graduação, Pós-Graduação, Tecnológicos e Sequenciais. As UNAs são quatro, divididas em áreas de conhecimento, conforme descrição que segue: UNA Ciências da Saúde (UNASAU); UNA Humanidades, Ciências e Educação (UNAHCE); UNA Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) e UNA Ciências, Engenharias e Tecnologia (UNACET). A universidade contava no ano de 2015 com 36 cursos de graduação, não citando aqui os cursos tecnológicos, à distância e cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Os cursos da área da UNASAU são: Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia. Da área de Humanidades, Ciências e Educação (UNAHCE) são: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Sociologia. Da área de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) são: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito e Secretariado Executivo. E, por fim, da área de Ciências, Engenharias e Tecnologia (UNACET) são: Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Design, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Na lista supracitada, não há distinção de cursos de licenciatura e bacharelado, mesmo que seja deveras importante ao estudo. Analisou-se comparativamente o número de professores segregados por sexo nos anos de 1994, 2004 e 2015, por meio do setor de Desenvolvimento Humano (DH) e em documentos públicos eletrônicos disponíveis no ambiente virtual da instituição.

Na análise, os números totais foram desagregados por sexo, a fim de averiguar o número de professores do sexo masculino e do sexo feminino. Na sequência, a averiguação passou a ser feita por sexo e área de conhecimento, ou seja, por Unidade Acadêmica e cursos. A questão passa a ser o número de mulheres docentes em cada UNA.

Ainda, num terceiro momento, o foco central foi a comparação entre os resultados levantados. A análise se deu a partir da comparação do percentual entre docentes do sexo masculino e feminino da instituição, bem como do percentual encontrado em cada UNA. Esses dados são importantes para o estudo, na medida em que fornecem informações para a reflexão sobre o processo de feminização e feminilização da docência na educação superior na Unesc.

#### 4.1 O LÓCUS DA PESQUISA: A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

A instituição de ensino Unesc surgiu em um momento de expansão do ensino superior no estado de Santa Catarina, com o advento da criação do sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), resultante da reforma universitária iniciada no fim da década de 1960, com a Lei nº 5.540/68 e o Decreto nº 8.828/69, culminando na aprovação do Plano Estadual de Educação. Este viabilizou, no ano de 1974, a união das instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, originando assim a Acafe, que exerceu um papel fundamental no desenvolvimento do ambiente cultural, econômico e social das comunidades do interior catarinense, proporcionando à região mão de obra especializada, tendo em vista a possibilidade de acesso ao ensino superior no Estado (SIEWERDT, 2010).

No decorrer dessa trajetória, foi fundada em 1968 a primeira escola de ensino superior do sul do Estado de Santa Catarina, a Fucri (Fundação Educacional de Criciúma). Suas primeiras atividades tiveram início nas dependências físicas do Colégio Madre Tereza Michel e, em 1971, passou a exercê-las na Escola Técnica Geral Oswaldo Pinto da Veiga, onde permaneceu pelos três próximos anos. Finalmente, em 1974, estabeleceu-se no atual Campus Universitário no município de Criciúma (ROSSO, 2011).

No ano de 1991, a Fucri contava com quatro Unidades de Ensino (Faciagri, Esede, Estec e Escca), constituindo-se como uma Universidade por meio da unificação regimental e da criação da União das Faculdades de Criciúma (Unifacri), culminando na integração das quatro

unidades de ensino. Nesse período, o parecer nº 256/91 do Conselho Estadual de Educação aprovou o regimento unificado da Unifacri (BITTENCOURT, 2011).

Segundo Rosso (2011), o projeto que previa a transformação da Unifacri em Unesc foi encaminhado ao Conselho Federal de Educação em 1991, sendo aprovado no ano seguinte por intermédio do parecer nº 435/92, com o acompanhamento de uma Comissão iniciado em fevereiro de 1993. Em junho de 1997, a CFE aprovou por unanimidade o parecer do Conselho Relator, aprovando a transformação da Funacri em Unesc, sendo a primeira sua mantenedora.

No ano de 2007, a Unesc adotou nova estrutura administrativa e educacional, formada pela Reitoria e Pró-Reitorias de Administração e Finanças, Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, além das quatro Unidades Acadêmicas, sendo estas distribuídas de acordo com as quatro grandes áreas de conhecimento mantidas pela Instituição: Ciências da Saúde (UNASAU), Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), Ciências, Humanidades e Educação (UNAHCE) e Ciências, Engenharias e Tecnologias (UNACET), segundo Rosso (2011). Tal divisão surge com o intuito de possibilitar a institucionalização da interdisciplinaridade, tendo em vista que essa estrutura escapa de modelos de departamentos desagregados por curso, estabelecendo áreas do conhecimento de maneira agregada. Para França (2007, p. 19), a departamentalização “permite conhecer melhor os problemas de cada área, e, portanto, atender melhor às suas necessidades”. Conceito difundido por Araújo (2007) classifica a departamentalização como:

O termo original para estruturação é a palavra inglesa *departmentation* ou *departmentalization*, que por dificuldade de tradução passou a significar departamentalização, confundindo você com as frações organizacionais rotuladas de departamentos. Departamentalizar não é criar departamentos, e sim criar unidades, frações organizacionais. Essas unidades podem ser divisões, gerências, conselhos e departamentos. (ARAÚJO, 2007, p. 149).

Assim, ao conceito etimológico atribuído à departamentalização, destaca-se que o termo não está atribuído à divisão em departamentos, mas sim em unidades, o que possibilita a interdisciplinaridade entre as áreas que contemplam as unidades.

Fernandes (2010, p. 75) pontua que:

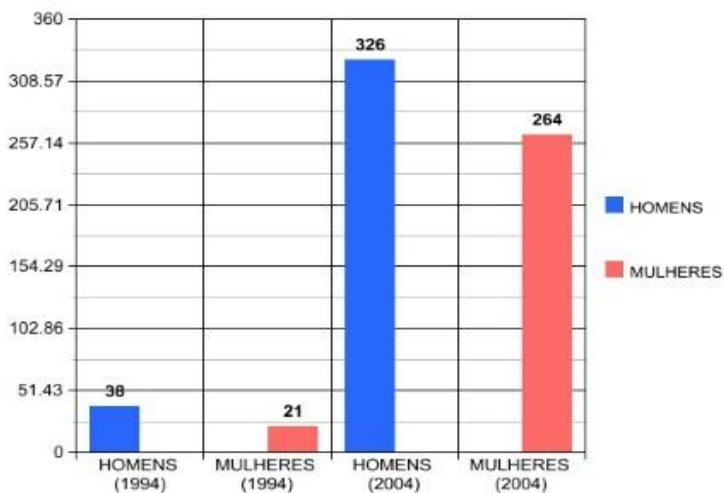
A interdisciplinaridade entendida assim como conjunto de princípios facilitadores do diálogo entre as disciplinas, de forma a permitir reestabelecer uma visão mais ampla e integradora do conhecimento e dos objetos do conhecimento.

De tal modo, a Unesc, ao optar pela estrutura de Unidades Acadêmicas, intenciona viabilizar a institucionalização da interdisciplinaridade, não ocorrendo a divisão desta em departamentos, tendo em vista o modelo de segregação dos cursos que abrangem as diversas áreas de conhecimento.

Portanto, a departamentalização consiste na reunião de disciplinas afins conforme suas respectivas áreas de conhecimento, facilitando o controle organizacional e administrativo de determinada instituição de ensino superior. Para fins de organização e melhor explanação dos dados oferecidos pela Instituição, apresenta-se um panorama quantitativo geral tendo em vista o número de docentes atuantes, bem como um comparativo histórico do total de docentes Unesc por sexo, no período proposto pelo presente estudo, ou seja, nos anos de 1994, 2004 e 2015. Faz-se necessário ressaltar que os períodos de análise estabelecidos para a pesquisa não trazem a mesma estrutura organizacional, ou seja, nos anos de 1994 e 2004, as áreas acadêmicas eram subdivididas em departamentos, enquanto no ano de 2015, a partir do processo de departamentalização, adotaram-se como estrutura organizacional as Unidades Acadêmicas analisadas. Seguem na próxima página os gráficos que apresentam, respectivamente, o número total de professores docentes por sexo, na Unesc, nos anos de 1994 e 2004 (Gráfico 4), e o número total de docentes atuantes na Unesc no ano de 2015 (Gráfico 5).

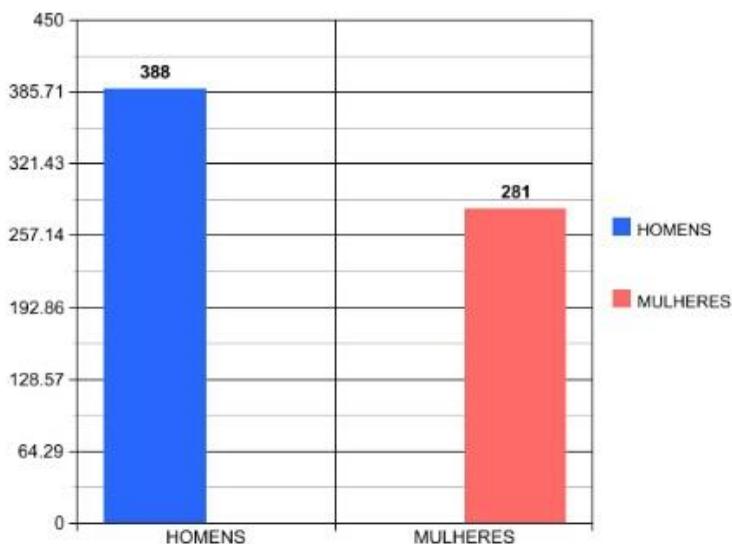
Os dados apontam que, no ano de 1994, 35% do corpo docente da Instituição era composto por mulheres, enquanto 65% eram de docentes do sexo masculino, totalizando 59 profissionais atuantes na época. Já no ano de 2004, 44% eram docentes do sexo feminino, enquanto 56% eram docentes do sexo masculino, compreendendo uma totalidade de 587 professores. No ano de 2015, 42% dos docentes eram do sexo feminino, enquanto 58% dos docentes atuantes eram do sexo masculino, compreendendo um total de 669 professores.

Gráfico 4 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Unesc



Fonte: Unesc (1994; 2004).

Gráfico 5 – Total de docentes por sexo (2015) – Unesc



Fonte: Unesc (2015).

Pode-se perceber que, entre os três períodos analisados, houve um aumento significativo no que se refere ao número geral de professores na Instituição, o que evidencia um avanço para a educação do ensino superior, bem como um progresso de expansão significativo da Instituição. Entretanto, observa-se que nos três anos apresentados, o aumento de docentes foi predominantemente masculino. Embora tenha havido um aumento de quase 10% na participação de mulheres docentes na instituição entre os anos de 1994 e 2004, houve uma queda de 2% no número de docentes mulheres entre os anos de 2004 e 2015, ainda que houvesse um aumento significativos de 85 professores no quadro de colaboradores, o que leva a concluir que a contratação foi de profissionais docentes predominantemente do sexo masculino.

Atualmente, há a presença de 42% de docentes do sexo feminino, enquanto 58% do quadro docente geral é composto pelo sexo masculino. Não se pode descartar que houve um aumento significativo das mulheres no ensino superior, tendo em vista que até pouco tempo atrás era um espaço público restrito apenas aos homens. No decorrer deste capítulo, analisar-se-ão com maior atenção as equidades e discrepâncias que envolvem as relações de trabalho docente no ensino superior, tendo em vista o principal objetivo deste estudo que é a análise da feminização e da feminilização docente das mulheres inseridas em cada Unidade Acadêmica retratando a atual condição da mulher no espaço acadêmico.

A fim de contemplar os objetivos propostos pela presente pesquisa, optou-se, portanto, por analisar separadamente cada grande área do conhecimento, neste caso, representadas pelas Unidades Acadêmicas (UNA), e, por conseguinte, os cursos nelas ofertados, tendo sempre em vista os processos de feminização e feminilização que permeiam as relações de trabalho docente em cada Unidade.

#### 4.2 FEMINIZAÇÃO E FEMINILIZAÇÃO NAS UNIDADES ACADÊMICAS DA UNESC

A análise dos dados fornecidos pela Universidade foi realizada a partir da divisão por unidades acadêmicas (UNASAU, UNACSA, UNACET e UNAHCE), bem como entre os cursos por elas ofertados. Tal organização permitiu avaliar as possíveis diferenças existentes em cada uma das grandes áreas de conhecimento.

Os dados obtidos abrangem os períodos de 1994, 2004 e o primeiro semestre de 2015, o que permite dentro dessa trajetória fornecer um comparativo da presença docente feminina na instituição, bem como

analisar tal trajetória tendo em vista os processos de feminização e feminilização.

Quando analisamos a profissão docente sob tal ótica, compreendemos que determinadas áreas constituem-se como áreas de predominância masculina, enquanto outras áreas constituem-se como áreas de predominância feminina. Sob essa concepção, o presente capítulo tratará dos aspectos de gênero, da feminização e da feminilização diante da ótica de diferentes áreas da profissão docente. Para que possamos traçar tal parâmetro, entretanto, devemos não tão somente pensar nos aspectos relacionados à incidência de professoras mulheres nas áreas estudadas, mas sim à participação em caráter geral das mulheres nas respectivas áreas estudadas.

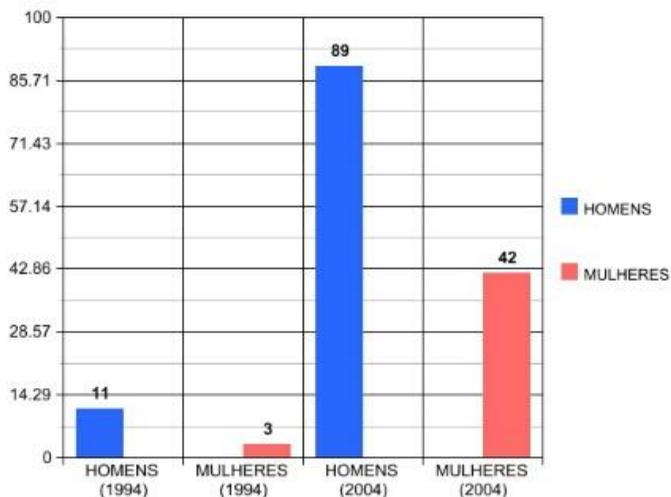
#### **4.2.1 Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Aplicadas**

Como vimos anteriormente, a Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Aplicadas (UNACSA) é composta pelos cursos de Graduação de Administração de Empresas, Administração de Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas, Secretariado Executivo e Tecnólogos em Gestão, sendo estes em modalidade presencial. Já a distância, a Unidade oferta o curso de graduação de Tecnologia em Gestão Comercial. A UNACSA oferece o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Desenvolvimento Socioeconômico.

Os dados obtidos para a realização do presente estudo apresentam os seguintes números de docentes desagregados por sexo da UNACSA, como departamento, nos anos de 1994 e 2004 (Gráfico 6), e como Unidade Acadêmica no ano de 2015 (Gráfico 7).

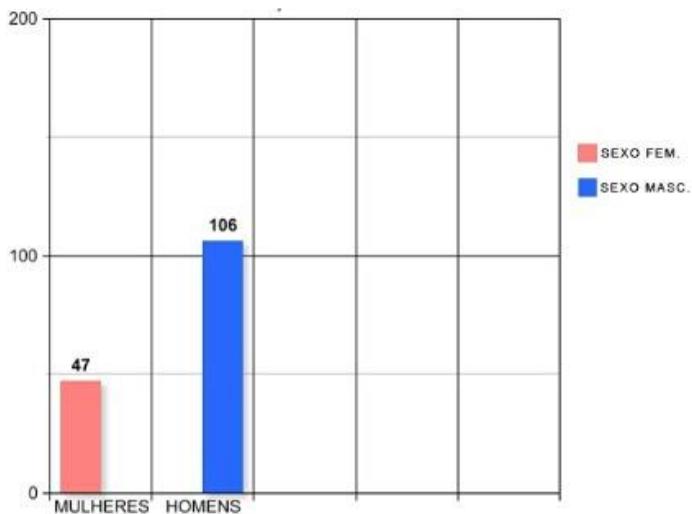
Em um panorama geral, observamos a presença de 106 professores do sexo masculino, correspondendo a 69,3%, prevalecendo quantitativamente ao número de docentes do sexo feminino: 47 professoras (30,7%), totalizando o número de 153 professores atuantes no período do primeiro semestre do ano de 2015.

Gráfico 6 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas



Fonte: Unesc (1994; 2004).

Gráfico 7 – Total de professores por sexo (2015) - UNACSA



Fonte: Unesc (2015).

Apontamos abaixo a trajetória quantitativa de docentes do sexo feminino e masculino abrangendo os anos de 1994 e 2004, quando a estrutura organizacional da instituição segregava as áreas de conhecimento por departamentos, e o ano de 2015, já estruturado por Unidades Acadêmicas, conforme vimos anteriormente.

Podemos observar que desde o ano de 1994 temos a predominância de docentes do sexo masculino. Quantitativamente, os dados apontam que o número de mulheres docentes, nos três anos examinados, não alcançam sequer a metade da quantidade de docentes do sexo masculino atuantes na instituição.

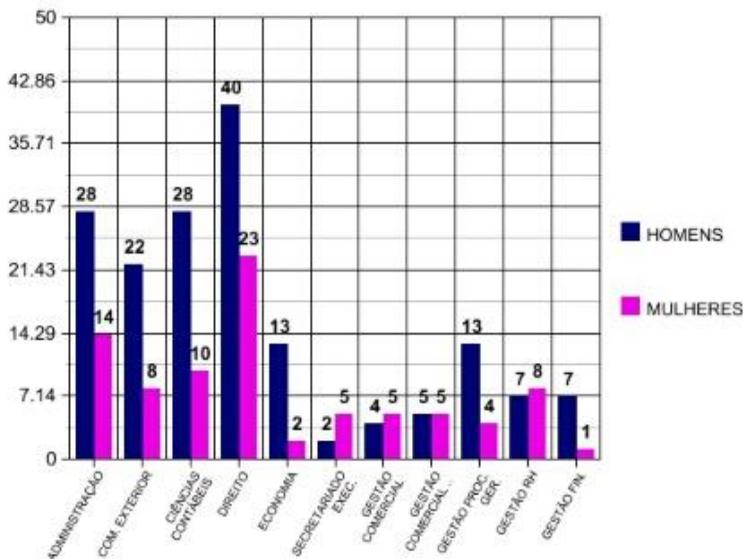
Entretanto, observamos um significativo aumento de participação de docentes do sexo feminino: no ano de 1994, menos de um terço dos profissionais docentes (21,4%) eram do sexo feminino; já em 2004, o índice era de 32%, o que representa em dados gerais um aumento de aproximadamente 10% neste período.

Se observarmos o número de professoras no ano de 2004, comparativamente ao ano de 2015, podemos considerar que, apesar de não haver diminuição de mulheres no quadro, o aumento apontado foi pouco significativo (cinco mulheres docentes) em comparação aos anos anteriores. Já o número de docentes do sexo masculino, nesse mesmo período, aponta que, no ano de 2004, a unidade contava com 89 docentes homens, tendo um aumento desproporcional ao quadro feminino, visto que, em 2015, totalizavam 106, ou seja, 17 profissionais docentes homens a mais.

O aumento da quantidade de docentes homens em relação ao aumento da quantidade de docentes mulheres na UNACSA foi em torno de 32% de profissionais docentes mulheres. O progresso obtido nos índices de 2004 pela UNACSA sofre nova baixa pouco mais de uma década depois, constatando a discrepância significativa no que se refere ao quadro masculino na Unidade de Ciências Sociais e Aplicadas.

O gráfico a seguir aponta o número de docentes desagregados por sexo, nos cursos oferecidos pela UNACSA no primeiro semestre de 2015. Observa-se a predominância de docentes do sexo masculino na Unidade, bem como nos cursos por ela oferecidos. Tendo em vista que são inclusas, nessa grande área de conhecimento, profissões historicamente ocupadas por homens, ou seja, Administração de Empresas, Comércio Exterior, Ciências Contábeis, Direito, Ciências Econômicas e cursos Tecnológicos em Gestão, as quais, portanto, reproduzem uma lógica historicamente predominante na sociedade.

Gráfico 8 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNACSA



Fonte: Unesc (2015).

Tais dados corroboram os estudos de Hirata (2002), sendo que os dados levantados pela autora revelam que os homens continuavam sendo considerados mais aptos para tarefas que exigem um conhecimento técnico mais complexo, com maiores níveis intelectuais e demais capacidades atribuídas a eles. As mulheres, entretanto, continuavam sendo vistas como mais aptas para os papéis que envolviam tarefas de cuidadora, por exemplo, a qual não exige um conhecimento técnico complexo especificamente.

A Unidade Acadêmica em questão abrange basicamente cursos que, em uma sociedade fundamentada em valores patriarcais, exigem o conhecimento técnico avançado costumeiramente atribuído aos homens, tendo, portanto, um índice inferior de participação docente do sexo feminino, composto por 30,7% (47 docentes atuantes), em comparação aos 106 docentes do sexo masculino atuantes na área.

Ao observarmos os cursos disponibilizados pela Unidade, percebemos que são espaços que recentemente têm as mulheres inseridas. Nesta área ainda percebemos que, quanto maior a hierarquia, menor a participação da mulher. Considerando o debate anterior, trata-se de uma área que apresenta índices de feminilização, enquanto mantém um baixo

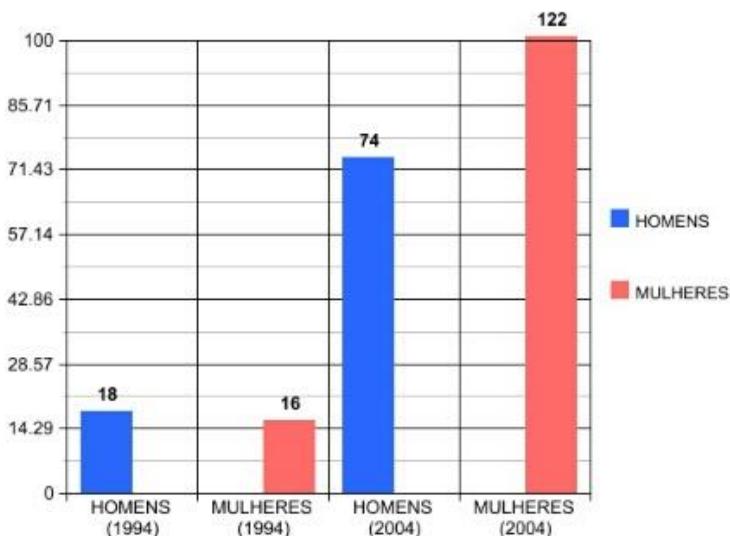
índice de feminização, tendo em vista que sua ocupação desproporcional fundamentada em estereótipos naturalizados que consideram esta área historicamente masculina.

#### 4.2.2 Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação

Na UNAHCE (2015.1) eram ofertados os cursos de graduação em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, Física (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras, Matemática, Pedagogia e Sociologia em caráter de graduação, além de especialização em Filosofia Clínica, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Teoria e História da Arte. A unidade também conta com Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

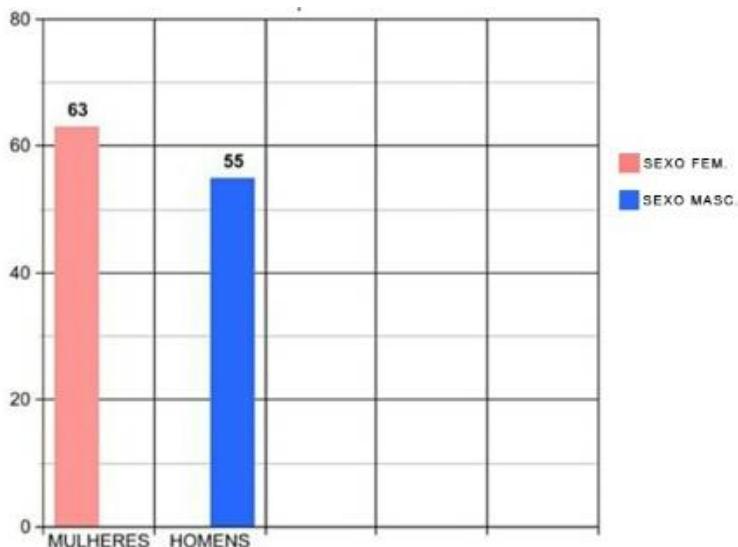
Os gráficos a seguir apresentam os números totais de docentes por sexo nos anos de 1994 e 2004, como Departamento de Humanidades, Ciência e Educação, e os números totais de docentes por sexo no ano de 2015, como Unidade de Humanidades, Ciência e Educação.

Gráfico 9 – Total de docentes por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Humanidades, Ciência e Educação



Fonte: Unesc (1994; 2004).

Gráfico 10 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNAHCE



Fonte: Unesc (2015).

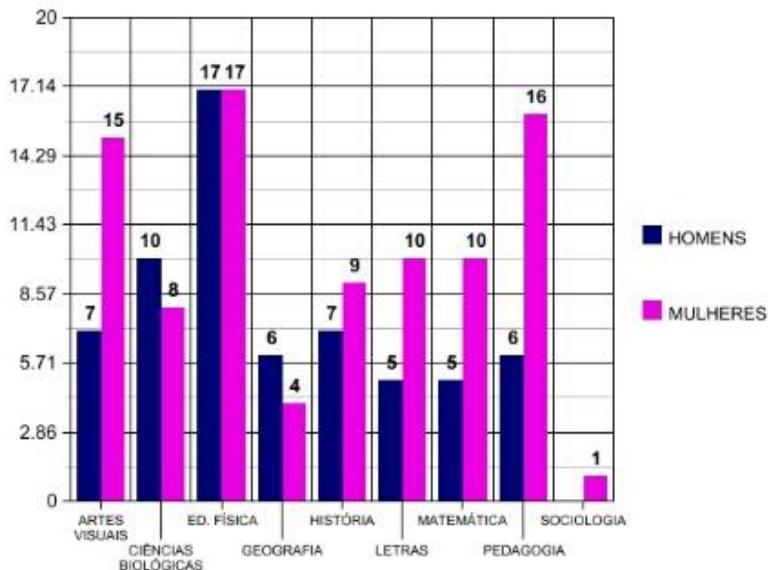
Ao analisarmos a participação feminina na Unidade no decorrer dos três anos que abrangem a pesquisa, podemos observar que, ano de 1994, havia um índice bastante aproximado entre os docentes do sexo masculino e feminino: a Unidade contava com 16 docentes mulheres e 18 docentes homens. Em 2004, houve um aumento substancial de docentes do sexo feminino, sendo 122 o número de professoras mulheres, ou seja, 62,4% dentre os 196 docentes do quadro de professores dos cursos da Unidade na época. No último ano analisado, 52,9% (63) dos profissionais docentes nos cursos referenciados são mulheres.

Os dados coletados do ano de 2015 constataam que, atualmente, a UNAHCE possui maior participação de profissionais docentes do sexo feminino comparativamente aos profissionais docentes do sexo masculino, representando 63 do total de 118 docentes atuantes na Unidade, ou seja, 53,3% são mulheres.

O gráfico ainda aponta que o número total de docentes na Unidade diminuiu de 2004 para 2015. No ano de 2004, havia 196 docentes atuantes, já em 2015, o número é de 118. Porém, há uma diminuição de quase 10% da presença de docentes do sexo feminino. Temos, portanto, índices que se assemelham nos anos de 1994 e 2015, sendo somente em 2004 um índice significativo de predominância de mulheres docentes na

Unidade. O gráfico a seguir representa o número de docentes por sexo e curso do ano de 2015 da Unidade Humanidade, Ciências e Educação:

Gráfico 11 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNAHCE



Fonte: Unesc (2015).

Percebemos, portanto, maior índice de participação geral de docentes mulheres nessa Unidade. Se avaliarmos o número de docentes do sexo feminino no curso de Pedagogia, comparativamente ao número de docentes do sexo masculino no curso de Administração (UNACSA), observamos que há certa divisão sexual do trabalho que impossibilita uma distribuição igualitária de participação nos cursos ofertados, na medida em que reproduzem papéis sociais associados historicamente às mulheres e aos homens.

Antunes e Alves (2004) destacam que, a partir da década de 1990, a participação feminina em busca da graduação aumentou, com ênfase no campo das Ciências Humanas, concentrando-se também em outras áreas como Letras, Artes e Turismo.

Considerando especificamente o curso de Matemática, vimos que o índice aponta uma disparidade de 50%, em que a maior presença faz-se por docentes do sexo feminino. Esta lógica se diferencia da análise de

Souza e Menezes (2013), os quais consideram essa área predominantemente masculina, portanto não feminilizada. Entretanto, podemos observar que os dados obtidos reproduzem uma realidade local, dessa forma, tendo em vista a amplitude internacional da pesquisa realizada pelas autoras, temos que considerar esta área associada ao universo masculino. As autoras Souza e Menezes (2013) discorrem sobre o processo histórico de consolidação no campo da Matemática, sendo este perpetuado por preconceitos relacionados à capacidade cognitiva das mulheres e suas habilidades como pesquisadoras.

[...] o mito da incapacidade das mulheres quanto às habilidades cognitivas matemáticas é falso e que não passa de uma “armadilha” criada pelo poder patriarcal [...]. Desqualifica a participação das mulheres, por meio dos mitos da inferioridade, os quais são, comprovadamente, uma grande “armadilha” no jogo de interesses e poder. (SOUZA; MENEZES, 2013, p. 105-106).

Bandeira (2008) destaca que o campo científico evidencia a segregação por sexo em áreas específicas do conhecimento. Em seus estudos, a autora estabelece que essa relação pode ser observada comparativamente nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Letras e Artes em relação às Ciências Exatas e da Terra, nas quais há maior concentração dos homens. Podemos concluir que os dados obtidos apontam que esta Unidade apresenta ser tanto feminizada quanto feminilizada.

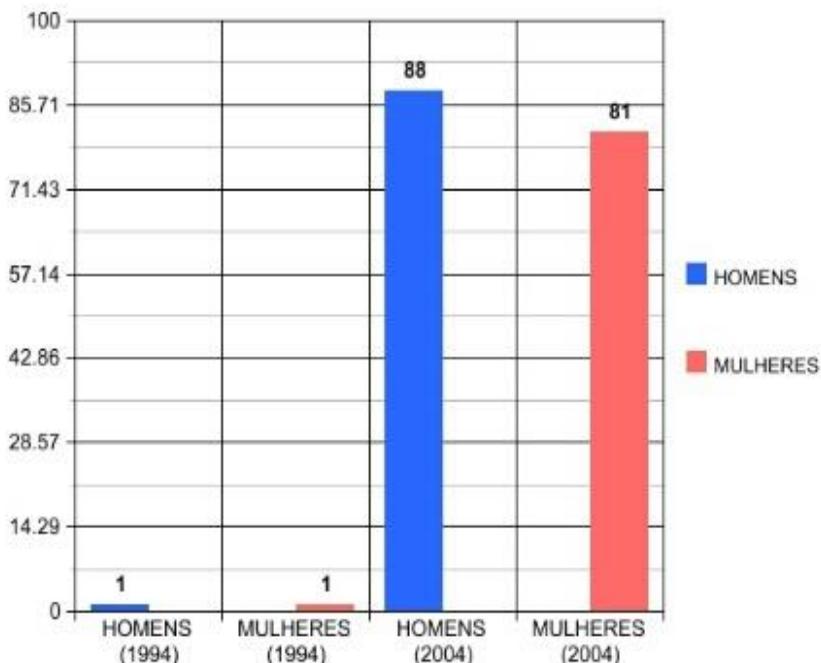
Em concordância com os dados até aqui compilados, podemos presumir que, embora as mulheres tenham passado a objetivar maior participação em diferentes áreas do conhecimento, sua inclusão ainda é precedida pela segmentação da divisão sexual do trabalho, formando-se determinados nichos femininos, nos quais a participação feminina é recorrente. Esses nichos podem ser observados nos dados coletados que indicam a predominância de mulheres nas áreas das Ciências Humanas. Criam-se, portanto, barreiras invisíveis, pautadas em uma visão reducionista que levam as mulheres, muitas vezes, a ter que provar sua capacidade intelectual e produtiva.

### 4.2.3 Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde

No primeiro semestre de 2015, a UNASAU era composta por oito cursos de graduação e dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Bacharelado em Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS) – Mestrado e Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCOL).

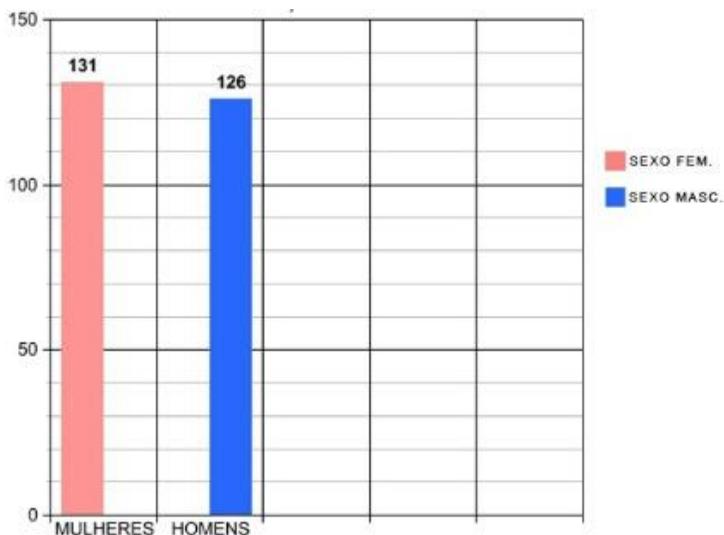
Os gráficos a seguir apresentam os números totais de docentes por sexo nos anos de 1994 e 2004, no Departamento Acadêmico de Ciências da Saúde, e os números totais de docentes por sexo no ano de 2015, na Unidade Acadêmica de Ciências da Saúde.

Gráfico 12 – Total de professores, por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciências da Saúde



Fonte: Unesc (1994; 2004).

Gráfico 13 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNASAU



Fonte: Unesc (2015).

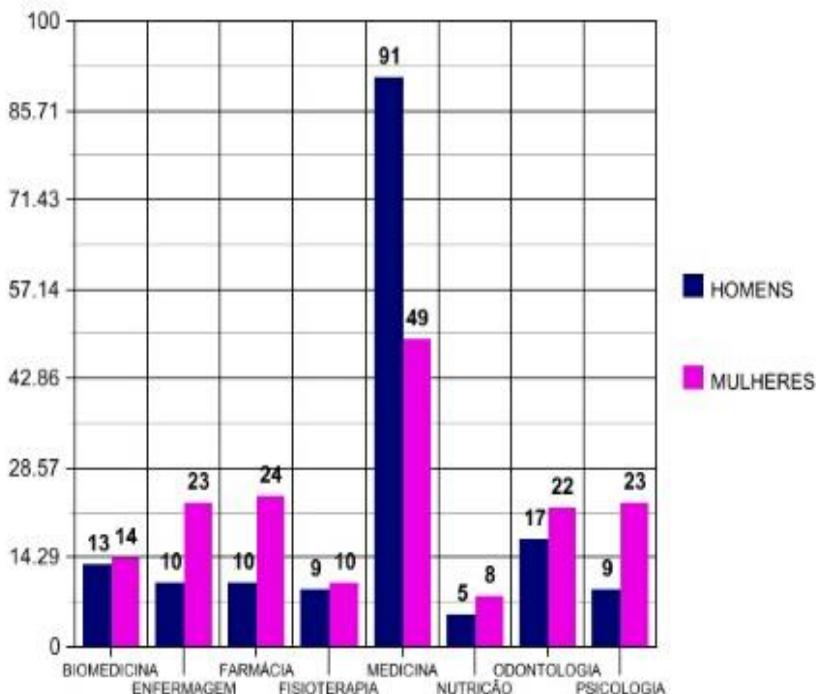
Os dados coletados apontam que a divisão por sexo na UNASAU se mantém aparentemente homogênea, tendo 50,9% dos profissionais docentes atuantes do sexo feminino.

Ao compararmos os três anos estudados, observamos que no ano de 1994 apenas dois professores atuavam nesta área, sendo um docente uma professora. No ano de 2004, observamos um aumento significativo, compondo o quadro 81 docentes do sexo feminino (48%) e 88 docentes do sexo masculino (52%) somando o total de 169 profissionais.

O ano de 2015, analisado separadamente, aponta índices semelhantes apresentando pouca disparidade no que diz respeito ao número de docentes por sexo na Unidade. O próximo gráfico apresenta o número de docentes, desagregados por sexo e curso no ano de 2015.

Em uma análise geral, podemos concluir tratar-se de uma área com índices de feminilização, em determinados cursos, sendo que quantitativamente o número de homens e mulheres atuantes na área se aproxima. Da mesma maneira, podemos observar tratar-se de uma área com índices de feminização, tendo em vista a participação de docentes por curso.

Gráfico 14 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNASAU



Fonte: Unesc (2015).

Entretanto, o curso de Medicina, especificamente, aponta acentuada disparidade que contraria os resultados gerais, já que o número de docentes do sexo masculino é predominante.

Hirata (2002) constata que nas áreas em que são exigidos conhecimentos técnicos de maneira mais abrasiva, a presença de profissionais masculinos é considerada historicamente ideal. A Medicina, ainda que possa ser compreendida como uma profissão que tem prioridade na valorização da vida humana e em cuidados com os indivíduos, ainda é considerada uma área exigente de um domínio técnico por parte dos profissionais de modo semelhante à área de Física. Entretanto, nesta última, são mantidos os resultados históricos com um índice significativamente superior de homens ingressantes, e na Medicina começamos a observar maior participação das mulheres.

Seria importante destacar que culturalmente mulheres são educadas para o cuidado e, neste sentido, a carreira médica representa uma forma profissional de desenvolver estas habilidades socialmente adquiridas. No entanto, deve-se ressaltar que mesmo no caso da Medicina, em que o percentual de mulheres chega a quase 40% no nível 2, à medida que se sobe na carreira este percentual diminui. (BARBOSA; LIMA, 2013, p. 83).

No mesmo sentido, Bruschini (2007, p. 565) constata que “persistem também os tradicionais guetos femininos, como a enfermagem (89% dos enfermeiros, 84% dos técnicos de enfermagem e 82% do pessoal de enfermagem eram do sexo feminino em 2002).”

Yannoulas (2011) se refere a esse fenômeno característico da “guetização” de profissões que são ocupadas em sua maioria por mulheres, entretanto, são desprivilegiadas ou tiveram seu valor social diminuído, a partir da inserção das mulheres em profissões que, quando ocupadas por homens, possuíam grau de destaque e prestígio no mercado de trabalho. De tal modo, essa formação da identidade feminina a acompanha em todos os aspectos de suas vidas, compreendendo não somente os aspectos relacionados à vida profissional da mulher, mas também em sua vida social de forma mais ampla.

Carvalho (1999) constata que o cuidado é visto como uma característica do gênero feminino, de modo que profissões como a Enfermagem e profissões relacionadas à Educação Infantil são vistas como profissões “desvalorizadas” por esse motivo. “Cuidado, feminização e desprestígio são marcas das práticas sociais do cuidado calcadas nos paradoxos decorrentes da divisão sexual do trabalho” (MARCONDES, 2013, p. 264).

[...] quanto mais próximas estejam essas atividades profissionais dos dependentes estigmatizados, mais elas tendem a se colocar como periféricas no espectro de prestígio e de remuneração. Um exemplo é a comparação entre os(as) professores(as) da educação infantil e da educação superior, ou de enfermeiros(as) e médicos(as) cirurgiões(ãs). (MARCONDES, 2013, p. 270).

Bandeira (2008) pontua que as profissões ditas “femininas”, como acontecem com a Enfermagem, eram consideradas “profissões subalternas” ou “semiprofissões” pela Sociologia do Trabalho na década de 1950. Por se tratar de uma profissão predominantemente atribuída ao gênero feminino, há uma desvalorização da Enfermagem em relação à Medicina, de modo que as mulheres estão mais propensas a ingressar na Enfermagem, que carrega a lógica da mulher em sua função reprodutiva, cuidadora e coadjuvante, enquanto a Medicina, cuja profissão que tem como premissa a exigência de conhecimentos técnicos precisos, relacionados ao homem (CARVALHO, 1999; GIUBERTI; MENEZES FILHO, 2005).

Essa concepção masculina, em contraposição à concepção feminina de identidade, possibilita que realizemos uma análise mais concisa acerca dos processos de feminização advindos da divisão sexual do trabalho, de modo que, diante de um recorrente apelo pela igualdade de gênero em nossa sociedade contemporânea, homens e mulheres ainda são vistos como criaturas socialmente distintas e que em pouco se assemelham. Os homens considerados criaturas com grande potencial de alcance de objetivos sociais e políticos, enquanto o potencial feminino é destinado às atividades domésticas, mostrando um domínio evidente e a predominância do masculino em relação ao feminino.

Podemos concluir que, ao realizarmos a análise de uma área de conhecimento específica, temos que tomar cuidado para não a homogeneizar, tendo em vista o pressuposto de que cada uma das profissões que as compõem estão fundamentadas em diferentes contextos históricos e sociais. Estas são situações que representam as categorias de análise discutidas na presente pesquisa. Refletem, portanto, áreas e profissões feminilizadas, nas quais as mulheres foram quantitativamente inseridas, mas que não proporcionam um espaço de atuação igualitário, que leve em consideração relações fundamentadas no respeito e na equidade.

#### **4.2.4 Unidade Acadêmica de Ciência e Tecnologia**

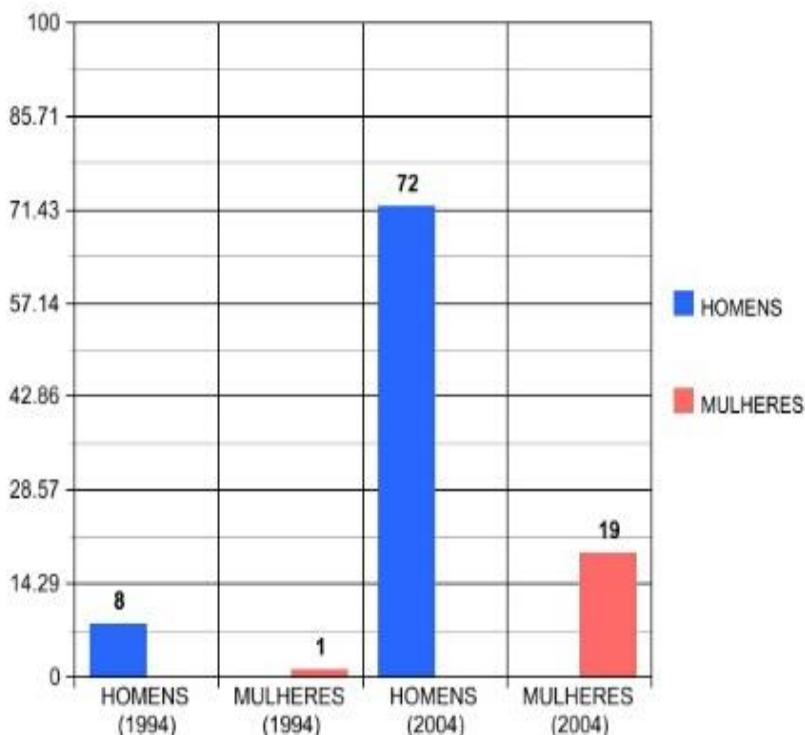
Os cursos ofertados pela Unidade Acadêmica de Ciência e Tecnologia, como vimos anteriormente, são: Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Design, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia de Agrimensura, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Os gráficos 15 e 16 apresentam os números totais de docentes por sexo nos anos de 1994 e 2004, no Departamento de Ciência e Tecnolo-

gia, e os números totais de docentes por sexo no ano de 2015, na Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia.

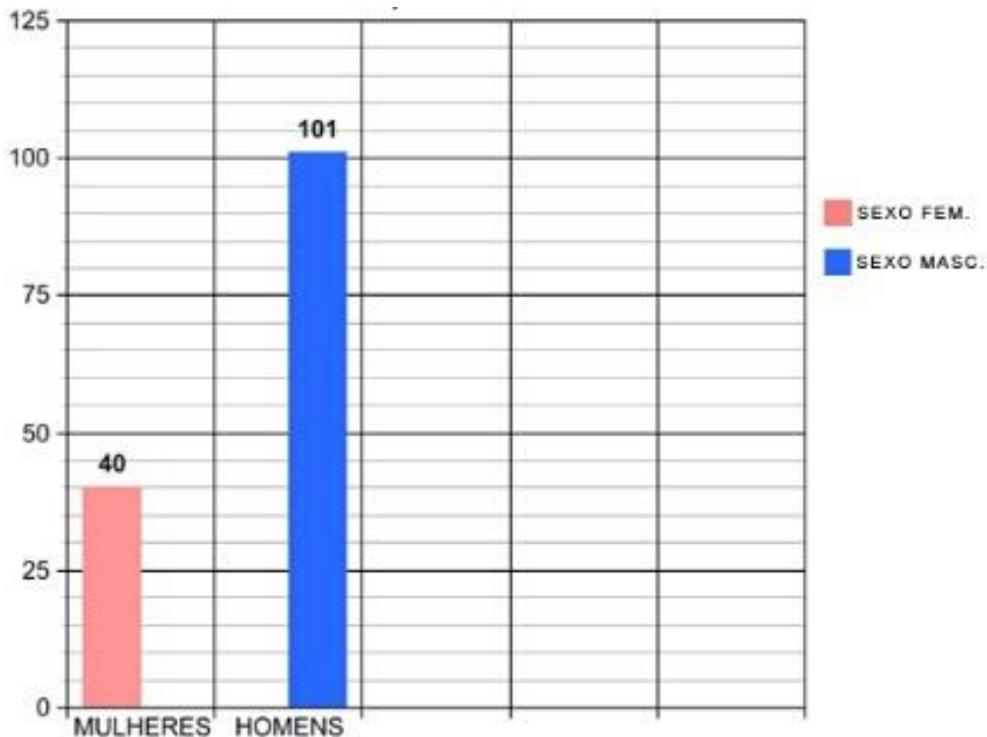
Os dados referentes aos anos de 1994 e 2004, respectivamente, apresentam um aumento significativo de docentes do sexo masculino: enquanto no ano de 1994 o departamento era composto por 8 profissionais, no ano de 2004 o quadro era composto por 72 profissionais do sexo masculino, ou seja, 64 profissionais a mais. Em relação às mulheres, podemos afirmar que o aumento não foi pouco significativo, já que o número foi de um profissional docente para oito profissionais docentes do sexo feminino.

Gráfico 15 – Total de docentes, por sexo (1994 e 2004) – Departamento de Ciência e Tecnologia



Fonte: Unesc (1994; 2004).

Gráfico 16 – Total de docentes, por sexo (2015) – UNACET



Fonte: Unesc (2015).

No primeiro semestre de 2015, o número de docentes do sexo masculino no quadro é de 101 (72%) em relação a um número significativamente menor de mulheres, isto é, 40 docentes do sexo feminino (28%).

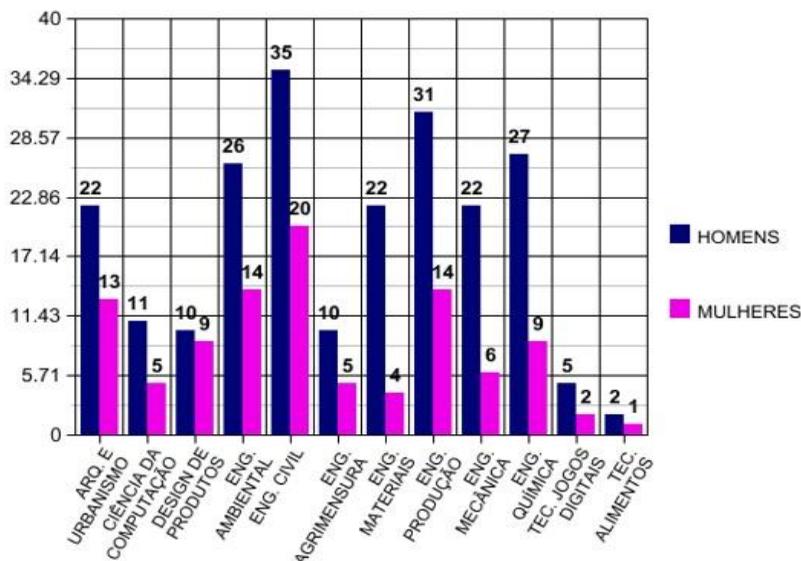
Essa desproporção e vagarosidade para a maior ingresso de mulheres é justificada, segundo Barbosa e Lima (2013), pelos aspectos históricos da civilização humana, somados aos valores culturais masculinizados que dificultam de maneira extrema a participação feminina. Tal vagarosidade no ingresso massivo de mulheres em tais áreas assegura uma tranquila manutenção dos espaços masculinos em nosso contexto contemporâneo.

A discussão centra-se no eixo teórico da divisão sexual do trabalho, isto é, de que há uma densa segregação sexual das ocupações, as quais tendem a reproduzir estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres, como elemento importante da informação. Embora a divisão sexual do trabalho seja “plástica”, isto é, sua dinâmica se altera isso não assegura que a feminização do mercado de trabalho não possa vir a ocorrer como consequência dos processos de precarização, assim como da vulnerabilidade das condições de trabalho, sendo estes mais direcionados às mulheres. Dito de outra maneira, a inserção de mulheres no mercado de trabalho, como tem sido no caso da construção civil, vem ocorrendo sem mudanças de natureza qualitativa; ao contrário, as habilidades consideradas “naturais” ou “inatas” são retraditionalizadas, assim como os estereótipos são incorporados pela lógica do capital e dos empresários, e se desloca para reproduzir-se nos diferentes contextos midiáticos. (BANDEIRA, 2013, p. 13).

Yannoulas (2013) constata que existe uma íntima e intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em determinada profissão ou ocupação (feminilização) e a progressiva transformação quantitativa desta (feminização). Podemos considerar, portanto, que o aumento de mulheres inseridas profissionalmente nessa área proporcionalmente viabiliza o aumento de mulheres docentes nas universidades. O gráfico 17 apresenta o número de docentes por sexo e curso na Unidade de Ciência e Tecnologia no ano de 2015.

Assim como ocorreu nos anos de 1994, 2004 e 2015, respectivamente, há disparidade entre homens e mulheres em todos os cursos oferecidos pela Unidade. Algumas mais gritantes, como no caso da Engenharia de Produção e Engenharia Química, entretanto, comparativamente às demais Unidades, confirma o que se viu até agora no decorrer de toda a pesquisa, ou seja, disparidades associadas a crenças que mobilizam o mercado de trabalho que fundamentam a desigualdade de gênero até hoje estabelecida.

Gráfico 17 – Total de docentes, por sexo e curso (2015) – UNACET



Fonte: Unesc (2015).

Lombardi (2013), em seu artigo intitulado “Formação e docência em Engenharia na ótica do gênero: um balanço dos estudos recentes e dos sentidos da feminização”, constata que a presença docente de mulheres nos cursos de Engenharia no Brasil é bastante inexpressiva, em especial se comparada a outras profissões nas quais a mulher passa a se inserir com mais afinco.

O campo matemático e das Ciências Exatas em geral, precisam ser questionados, avaliados e modificados sob a luz dos estudos de gênero, ciência e tecnologia para que as mulheres tenham uma participação efetiva em condições de igualdade com os homens. (SOUZA; MENEZES, 2013, p. 103-104).

A análise feita por Lombardi (2013) das causas que dificultam esse processo de feminização no território brasileiro constata que o incentivo para as escolhas profissionais acontece desde a infância, por meio de valores pautados na desigualdade de gênero tanto nas esferas familiares quanto profissionais. Outra causa estabelecida pela autora está rela-

cionada aos papéis estabelecidos entre discentes e docentes nos cursos de Engenharia, que torna inóspito o ambiente para o sexo feminino quando reproduzem valores deturpados pautados na desigualdade de gênero. Em pesquisa realizada por Salvador (2010), Lombardi (2013, p. 121) faz a seguinte observação:

[...] a inserção das professoras na docência da Engenharia continua sendo um ato de transgressão, pois as regras de sociabilidade acadêmica continuam evadas de representações tradicionais de feminino e masculino que localiza as mulheres, docentes e discentes, em uma situação, senão de desvantagem, ao menos de suspeição quanto à sua capacidade. No que diz respeito às possibilidades de inserção das(os) alunas(os) no mercado de trabalho, os(as) docentes são unânimes em dizer que na Engenharia persistem mecanismos de discriminação de gênero e uma divisão sexual de trabalho hierarquizada.

E, como já visto, a autora considera o reflexo histórico dos valores patriarcais como dificultantes da evolução profissional não apenas nos cursos de engenharias, mas também nas áreas de ciência e tecnologia em geral.

Portanto, a expectativa de feminização do campo da ciência e tecnologia, com ênfase na Engenharia, ainda, estaria condicionada a mudanças no âmbito dos valores culturais, na reestruturação da educação formal e familiar, assim como no âmbito das políticas públicas, uma vez que as profissões não têm sexo, e, portanto, não pertencem ao domínio de ninguém. (BANDEIRA, 2013, p. 12).

De acordo com a autora, a expectativa de feminização no campo das Ciências Exatas só pode ser atendida quando condicionada de maneira gradativa, juntamente a mudanças em valores culturais, em uma reestruturação da educação formal e familiar e até mesmo no incentivo de políticas públicas brasileiras.

[...] o aumento de pesquisadoras em Exatas só será possível se houver uma mudança cultural, que pode ser impulsionada pela implementação de políticas públicas. Neste sentido, consideramos que o aumento da participação feminina nas Exatas, bem como maior representatividade nos altos níveis da carreira, necessita de ações afirmativas específicas. Esse estímulo tem que ser feito tanto atraindo mais meninas para a Física por meio de ações específicas nos ensinos Fundamental e Médio como também estratégias de apoio às mulheres em pontos intermediários da carreira como a prorrogação da bolsa em caso de ocorrência de parto [...]. (BANDEIRA, 2013, p. 13).

Em conformidade com o que vimos até aqui, podemos constatar que desde a infância ocorre um “incentivo” à divisão sexual do trabalho, nas quais as figuras familiares costumeiramente atribuem desde condições sociais e genéticas como uma condição para a escolha de futuras aptidões e potencialidades da criança.

Barbosa e Lima (2013, p. 71-72) consideram ainda que:

A presença de mulheres nas áreas de Exatas ocorre com mais de duas décadas de atraso se comparado com as áreas da saúde e do Direito. A primeira mulher a se formar em Engenharia foi Edwiges Maria Becker, em 1919, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Após a formatura de Edwiges ocorre um vácuo que é suprido pela graduação, em 1926, de Carmen Portinho. Esta engenheira civil torna-se, além de profissional brilhante em sua área, uma militante no movimento dos direitos civis e de reconhecimento profissional (URL). [...] O marco delimitador para este aumento da participação de mulheres nos cursos superiores se deve à derrubada do mito de que apresentavam uma capacidade inferior. A afirmação de que são biologicamente inferiores aos homens é contestada com dados e análises em diversas obras, entre estas, o emblemático livro *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1960).

Ainda que em uma esfera regional os dados apontados no presente estudo vêm ao encontro com dados e estudos que levam em conta a realidade nacional confirmando que a sociedade brasileira ainda está enraizada por crenças de uma natureza dos sexos opostos, ou seja, dividindo espaços, interesses e fazeres. Nas Universidades, essas concepções se confirmam nas relações estabelecidas entre os indivíduos, nas metodologias e didáticas de ensino, nas vocações e nos interesses individuais de um grupo específico, enfim, nas várias rotinas das práticas educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço nesta pesquisa reflete as ansiedades na compreensão dos fenômenos de feminização e feminilização, principalmente quando relacionado ao processo específico de separação e hierarquização na docência do ensino superior a partir das relações de gênero. O problema abordado agrega contribuições relevantes aos estudos da feminização do mundo do trabalho, tendo em vista as reflexões acerca das realidades experimentadas historicamente pelas mulheres no mercado de trabalho e especificamente no trabalho docente.

As autoras que discutem a presença feminina em campos afins, a exemplo de Silvia Cristina Yannoulas, Helena Hirata, Maria Cristina Aranha Bruschini, Lourdes Maria Bandeira, Maria Rosa Lombardi, Joan Walach Scott, entre outras, foram fundamentais para situar a mulher no contexto dos estudos de gênero, sendo estas as teóricas que sustentam a base epistemológica que fundamentam a pesquisa.

A pesquisa realizada sob a ótica das relações de gênero no mercado de trabalho docente do ensino superior evidencia considerável propensão à predominância do sexo masculino no âmbito das ciências exatas. Especificamente por oferecer maior potencial de aproveitamento e remuneração no mercado de trabalho, aspectos que foram de extrema relevância para a análise dos estereótipos presentes no âmbito da discussão dos agentes que fecundam a divisão sexual do trabalho.

Esse descompasso normativo de gênero nas relações de trabalho revelam os motivos pelos quais os homens são instigados a lidar com os desafios nos diferentes ramos do mercado, enquanto as mulheres são plenamente desfavorecidas no mesmo sentido atuando como força secundária. O que concluímos é que, no contexto contemporâneo, apesar de todas as transformações sociais até então ocorridas, ainda persistem valores arcaicos que promovem o surgimento de guetos de atuação profissional. Esta conclusão foi possível, pois está refletida nos dados obtidos nas áreas de conhecimento pesquisadas, sendo que estas pouco mudaram desde que fora proporcionado à mulher o acesso massivo ao ensino superior. O que os dados apontam, portanto, é que mesmo com o aumento significativo da mulher neste espaço, as áreas antes feminizadas pouco se alteraram em relação a décadas atrás. A mulher continua ocupando posições desfavoráveis comparativamente aos homens. E as áreas de conhecimento feminilizadas pouco se diferem em grau de proporcionalidade.

Evidentemente, não estamos questionando o grau de importância dessas ocupações, o que se questiona é a desvalorização profissional pautada em diferenças deturpadas quanto ao papel da mulher enquanto suas disposições sociais, capacidades, habilidades, fragilidades genéticas e estereótipos distorcidos, que apenas favorecem o panorama de desigualdade nas áreas estudadas.

Os dados corroboram a disparidade entre homens e mulheres em áreas específicas de atuação, como visto, o que reflete valores ainda pautados nas diferenças e não nas igualdades. Faz-se necessário destacar que a instituição pesquisada não é responsável por tais discrepâncias, muito pelo contrário, seus objetivos como Universidade Comunitária são justamente viabilizar instrumentos, por meio de bolsas, pesquisas, projetos de extensão, que possibilitem aos corpos discentes e docentes, bem como aos demais profissionais que compõem seu quadro de colaboradores, que oportunizem e promovam ideias e ideais amparados pelo conhecimento e imparcialidade com a finalidade de repensar as práticas e representações sociais que fundamentam as desigualdades entre homens e mulheres nas várias esferas do tecido social, dando sustentabilidade à cidadania ativa e igualitária.

Tendo em vista os limites ocasionais do presente estudo os dados que concernem a feminização e feminilização levantados aqui serão mais amplamente analisados em futuros artigos. Sugere-se, portanto, que este tema não se encerre aqui, tendo em vista a relevância do estudo para a atual configuração de desigualdade até então estabelecida.

Dessa forma, a divulgação desses estudos no meio acadêmico visa afetar e fomentar as discussões acerca dos estereótipos que regulam as relações de gênero e a construção da identidade feminina, as quais são questões de grande valia, não apenas para estudos e pesquisas nas relações de gênero, mas para pesquisadores em amplitude geral. As sínteses analíticas presentes em cada capítulo deste estudo tiveram a finalidade de oferecer um retrato (ainda que não estático) da presença das mulheres na docência do ensino superior que atuam nas diversas áreas e cursos da Unesc. Bem como sua estreita relação com as dicotomias que orientam o espaço acadêmico reproduzindo continuamente a desigualdade de gênero. Os dados analisados, desagregados por sexo, pressupõem a desigualdade na ocupação docente das mulheres e dos homens, refletindo as desigualdades de gênero presentes na sociedade, tendo em vista que o meio acadêmico, ao viabilizar o conhecimento, não apenas científico, se destaca ao atuar como agente no processo de estreitar as desigualdades sociais em todas as esferas sociais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Letramento e escrituras: as professoras no contexto do simbólico das práticas de formação e profissionalização docente. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 911-937, 2014.

ANTUNES, R; ALVES, G. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=pt &nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: dez. 2015.

ARAÚJO, L. C. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2007.

ÁVILA, M. B. M. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Pernambuco. Editora da UFPE, 2009.

ÁVILA, R. C. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano II, n. 2, p. 91-106, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 16, p. 207-228, jan./abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões**. Brasília: Abaré, 2013.

BARBALHO, R. M. **A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo**. 2008. 194 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

BARBOSA, M. C.; LIMA, B. S. Mulheres na Física do Brasil: por que tão poucas? Porque tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina. (Coord.). **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões**. Brasília: Abaré, 2013.

BASTOS, Ângela. Preconceito acompanha ascensão das mulheres. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. 22-23, 4 mar. 2001.

BITENCOURT, João Batista. **Unesc: a trajetória de uma universidade de comunitária**. Criciúma: Unesc, 2011. 188 p.

BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**, São Paulo, Icone. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 32, p. 537-572, 2007.

\_\_\_\_\_; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 45-87.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 9-24, 1999.

CAPPELLIN, P. As desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? **Rev. Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, 2008.

CARVALHO, M. G.; SILVA, N. S.; SCHELL, F. C. Relações de gênero na vida acadêmica da Engenharia Civil: um relato de discriminações

mascaradas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UTFPR, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Feminismo e construção da cidadania das mulheres: avanços e desafios nos campos da educação, trabalho e política no início do século XXI. In: BRABO, T. S. A. M. (Org.). **Gênero, educação e política: múltiplos olhares**. São Paulo: Ícone, 2009.

CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Distribuição por sexo, faixa etária e grande área de atuação**. Disponível em: <<http://estatico.cnpq.br/painelLattes/sexofaixaetaria/>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

COLARES, A. F. V.; SINDEAUX, R. V. Uma análise do gênero feminino no mercado de trabalho da cidade de Montes Claros. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH/MG), 18., 2012, Mariana. **Dimensões do poder na história**. Ouro Preto: EDUFOP, 2012. v. 1.

COLLING, Ana Maria. O lastro jurídico e cultural da violência contra a mulher. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 28., 2015. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369\\_ARQ\\_UIVO\\_anpuh2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369_ARQ_UIVO_anpuh2015.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

COSTA, A. C. **Ações afirmativas de gênero e trabalho: o programa pró-equidade de gênero na Eletronorte**. 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011\\_Ana belleCarrihoCosta.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7801/4/2011_Ana%20belleCarrihoCosta.pdf)>. Acesso em: 8 fev. 2015.

COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, S. de M.; DURÃES, S. J. A.; ABREU, M. H. G. Feminização do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros.

**Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 1.865-1.873, 2010.

CUNHA, W. D. dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira. A educação feminina do século XIX: entre a escola e a literatura. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2010.

D'ATRI, Andrea. **Feminismo y marxismo**: más de 30 años de controversias. 2004. Disponível em: <<http://www.espacioalternativo.org/node/624>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

DIMEN, Muriel. Poder, sexualidade e intimidade. In: JAGGAR, Allison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 42-61.

FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. **Revista Internacional Interdisciplinar – INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 65-80, jul./dez. 2010.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH**: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres no Mercado de Trabalho**: grandes números. Séries históricas. São Paulo: FCC, 2007.

GARCIA, C. C. Mulheres, ciências e tecnologias: alguns pontos de discussão. In: GOUVEIA, E. H.; BALTAR, R.; BERNARDO, T. (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade**: temáticas contemporâneas. São Paulo: EDUC, 2011.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação e rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Econ. Aplic.**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 369-383, jul./set. 2005. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v9n3/v9n3a02.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

GOLDSCHMIDT, E. M. R. Virtude e pecado: sexualidade em São Paulo colonial. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

GOMES, Márcia Cristina. Gênero e educação: mulheres na docência do ensino superior. In: CONINTER – CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GOUVEIA, E. H.; BALTAR, R.; BERNARDO, T. (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade**: temáticas contemporâneas. São Paulo: EDUC, 2011.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2002a. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332002000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332002000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002b.

\_\_\_\_\_; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007. p. 45-87.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, [1998]. Mimeografado.

LEHFELD, Neide Aparecida Souza; BARROS, Aidil De Jesus Paes. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEONE, Marilane Oliveira. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical**. Do Instituto de Economia da Unicamp e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Campinas: Cesit, 2000.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 173-202, 2006.

\_\_\_\_\_. Formação e docência em Engenharia, na ótica do gênero: um balanço de estudos recentes e dos sentidos da feminização. In: YAN-NOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões**. Brasília: Abaré, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012-2013.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, set./dez. 2006.

MARCONATO, Neuza. **Mulheres professoras: o ser e o fazer na inserção profissional**. 2002. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82378/192522.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

MARQUES, Christiani. **O Contrato de Trabalho e a Discriminação Estética**. São Paulo: LTr, 2002.

MARCONDES, M. M. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: *Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria*. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

\_\_\_\_\_. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In:

YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras**: Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013.

MARTINS, S. Pinto. **Derecho del Trabajo**. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 67-75, jan. 2013.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 73-94, 2004.

MORAES FILHO, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: LTr, 2014.

MORGADE, Graciela. **El determinante de género en el trabajo docente de La escuela primaria**. Buenos Aires: Miño y Dávila y Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación, UBA, 1992.

\_\_\_\_\_ (Comp.). **Mujeres en la educación: género y docencia en la Argentina. 1870-1930**. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones en Ciencias de La Educación/Miño y Dávila, 1997.

NOGUEIRA, Pablo. **A Ciência das mulheres**. Revista Unesp Ciência, n. 17, Ano 2, Mar/2011, p. 19-22.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal “A Família”**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009.

PEREIRA, R. S.; SANTOS, D. A.; BORGES, W. A mulher no mercado de trabalho. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS – Mundialização e estados nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 2., 2005, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. **Anais...** São Luís, 2005. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina\\_PGPP/Trabalhos/EixoTematicoD/321\\_waleska\\_Rosangela\\_Danielle.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTematicoD/321_waleska_Rosangela_Danielle.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de Direito Individual do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2003, p. 23.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Raça, gênero e educação superior**. 2001. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. Disponível em: <[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba\\_tese\\_2001\\_DMQueiroz.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2001_DMQueiroz.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

RENAUX, M. L. **O outro lado da história: O papel da Mulher no Vale do Itajaí**. Blumenau: FURB, 1995. p. 62.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998. 207 p. (Educação contemporânea)

ROSA, Renata Vídica Marques da. Feminização do Magistério: Representações e Espaço Docente. **Revista Pandora Brasil**, São Paulo, n. 4, 2011. Disponível em: <[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/materialidade/renata.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. **Finalmente... Temos Uma Escola Normal!:** Saberes e Práticas na Formação de Normalistas na Escola Normal Madre Teresa Michel (1958-1973). 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2011.

RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. Brasília: INEP, mar. 2006. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/entrevistas/trajetoria\\_mulher.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/entrevistas/trajetoria_mulher.htm)>. Acesso em: jan. 2016.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2005. p. 21.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 383 p.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno et al. Estatísticas dos professores no Brasil. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 85-120, jan./dez. 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SIEWERDT, Maurício José. **Instituições de Ensino Superior do Sistema ACADEMIA e Autonomia universitária**: o trabalho docente nos (dês) encontros entre o proclamado e a práxis. 2010. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SOUTO, Barbara Figueredo. **Senhoras do seu destino**: Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – Projetos de emancipação feminista na imprensa brasileira (1873 – 1894) [versão corrigida]. USP, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-17122013-125852/>. php. Acesso em: 20/02/2015

SOUZA, A. M. F.; MENEZES, M. B. Gênero e trabalho no campo da Matemática: breve história e notas sobre um diagnóstico preliminar. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Trabalhadoras**: Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. Física azul, português rosa. Onde isto deságua? **Presença Pedagógica**, v. 16, n. 94, p. 31-45, 2010.

TEIXEIRA, Marcel de Almeida Freitas. 329 Mulheres na Docência do Ensino Superior em Cursos de Física. **Ensino Em ReVista**, v. 21, n. 2, p. 329-340, jul./dez. 2014. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28029/15436](http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28029/15436)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VERUCCI, Florisa. A capacidade Jurídica Civil da Mulher Brasileira com raízes nas ordenações do reino de Portugal. In: **O rosto feminino da expansão portuguesa**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1994.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 81-103, 2001.

YANNOULAS, S. C. **Dossiê Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

\_\_\_\_\_. **A convidada de pedra**: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda. Brasília: Flacso; Abaré, 2003.

\_\_\_\_\_. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Trabalhadoras**: Análise da feminização das profissões. Brasília: Abaré, 2013.

\_\_\_\_\_. Mulheres e ciência. **Série Anis**, Brasília, n. 47, p. 1-10, mar. 2007.

\_\_\_\_\_. O trabalho sem fim. In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José A. A. Sá (Orgs.). **Condições de trabalho no limiar do século XXI**. v. 1, p. 89-96. Brasília: Epocca, 2008.

\_\_\_\_\_. Ações afirmativas, mulheres e mercados de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 322-326, 2001.